



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**SORAYA HELENA DE ARAÚJO MENDES**

**(IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE  
SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA COLÔNIA DE PESCADORES E  
PESCADORAS Z-16 EM MIRACEMA DO TOCANTINS/TO**

**PALMAS - TO  
2016**

**SORAYA HELENA DE ARAÚJO MENDES**

**(IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE  
SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA COLÔNIA DE PESCADORES E  
PESCADORAS Z-16 EM MIRACEMA DO TOCANTINS/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.  
**Orientadora:** Profa. Dra. Temis Gomes Parente.

PALMAS - TO  
2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M538( Mendes, Soraya Helena de Araújo.  
(Invisibilidade) das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO. / Soraya Helena de Araújo Mendes. – Palmas, TO, 2016.

81 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2016.

Orientadora : Temis Gomes Parente Parente

Coorientador: Antônio José Pedroso Neto Neto

1. Gênero, Invisibilidade, Pesca artesanal. 2. Desigualdades sociais, Colônia de pescadores e pescadoras, relações sociais. 3. Poder, Cultura, Disparidades regionais. 4. História oral, memórias, narrativas. I. Título

**CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

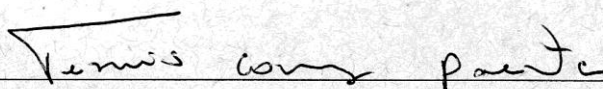
**SORAYA HELENA DE ARAÚJO MENDES**

**“(IN) VISIBILIDADE DAS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-16 EM MIRACEMA DO TOCANTINS/TO”**

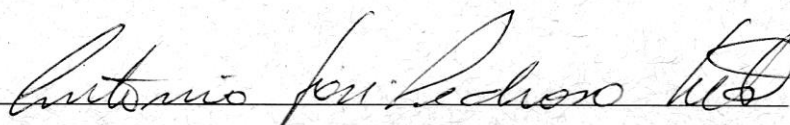
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.  
Orientadora: Profa. Dra. Temis Gomes Parente

Aprovada em 04/03/2016.

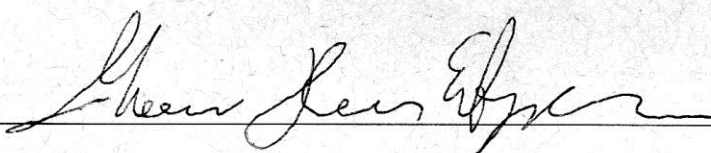
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Temis Gomes Parente (Orientadora)



Prof. Dr. Antonio José Pedroso Neto - UFT



Marina Haizenreder Ertzogue - UFT

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço ao grandioso Deus, fonte luminosa que guia minha caminhada e me dá guarnição;*

*A minha orientadora, Profa. Dra. Temis Gomes Parente, pelas inestimáveis contribuições ao meu trabalho e por me fazer vislumbrar novos horizontes!*

*Ao meu amado esposo, por seu amor e apoio incondicional ao longo desses dois anos de curso, esta conquista é nossa!*

*Aos meus amados pais, que mesmo distantes emanaram bons pensamentos e sempre acreditaram em meu potencial, pois me ensinaram desde criança a importância dos estudos e me incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos!*

*As pescadoras e pescadores da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais de Miracema do Tocantins e Tocantínia - COPEMITO pela atenção e carinho dedicados a esta pesquisa;*

*A Célia, Regina e ao Presidente da COPEMITO, muito grata pelas contribuições a este estudo;*

*Aos meus familiares e amigos paraibanos, em especial a amiga Ana Paula B. Xavier, que emanaram boas energias e torceram pelo término desse curso;*

*A minha amiga Ellen, pelo carinho, compreensão e atenção, grata por sua amizade!*

*A minha amiga Evenise, pelos momentos de força e alegria que juntas partilhamos;*

*A amiga Alana e seus familiares, pela agradável e aconchegante acolhida em sua casa que foram bem especiais para a execução desta pesquisa;*

*Aos colegas do mestrado pelos momentos de lazer, alegria e aprendizado, fomos uma turma intelectualmente inquieta, como já dizia o prof. Pedroso;*

*Ao professor Dr. Antônio José Pedroso Neto por aceitar participar da banca e pelas enriquecedoras contribuições ao meu trabalho;*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido ao longo desta pesquisa, no qual contribuiu consideravelmente para a sua conclusão.*

“Se o desejo de alcançar a meta estiver vigorosamente vivo dentro de nós, não nos faltarão forças para encontrar os meios de alcançá-la e traduzi-la em atos de nossos projetos”.

*Albert Einstein*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas pescadoras associadas à Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – COPEMITO. O termo (in)visibilidade foi uma definição utilizada pela autora da pesquisa em questão pelo fato de evidenciar que as atividades pesqueiras que as mulheres realizam são (in)visíveis tanto para elas quanto para os outros. Neste sentido, este estudo buscou dar visibilidade a estas atividades, que são (in)visíveis devido às questões de gênero, uma vez que estas atuam como um marcador cultural no processo de construção e reprodução social dos sujeitos. Pretendemos identificar e refletir sobre os lugares de gênero que as pescadoras ocupam, e se esses legitimam as desigualdades entre homens e mulheres no universo da pesca artesanal. A metodologia adotada na pesquisa foi de cunho qualitativo com a utilização da história oral. Os dados obtidos foram interpretados com base na perspectiva de gênero, compreendido neste estudo como a primeira maneira de construir as relações sociais de poder e subordinação entre homens e mulheres, cuja fundamentação teórica baseou-se nos estudos empreendidos por SCOTT (1990, 2012). Com base nisto, os resultados desta pesquisa apontam que as pescadoras da COPEMITO realizam todas as atividades que constituem a pesca profissional artesanal, desde a confecção dos apetrechos de pesca até o beneficiamento do pescado, portanto, são visíveis. No entanto, existem diferenças entre as mulheres que vivem com companheiro das que são solteiras, pois as primeiras concebem suas atividades como “ajuda” e as últimas se consideram participantes diretas na atividade, o que legitima a existência de desigualdades de gênero no setor pesqueiro. Os dados também possibilitaram perceber que, as mulheres necessitam de uma maior articulação junto aos movimentos de organização social da categoria. Nesta perspectiva, inferimos que se faz necessário à consolidação de políticas públicas que contemplem as pescadoras e que viabilizem o acesso destas aos seus direitos sociais, previdenciários e trabalhistas.

**Palavras-chave:** Gênero; (In)visibilidade; Pesca Artesanal.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze (in)visibility of fishing activities carried out by fishers associated with Cologne Fishermen Craft Professionals Z-16 Miracema do Tocantins in Tocantínia – COPEMITO. The term (in)visibility was one definition used by the research author in question, because of evidence that the fishing activities that women do are (invisible both for them and for the others. In this sense, this study sought to give visibility, these activities, which are (in) visible due to gender, since these act as a marker cultural in the process of construction and social reproduction of subjects. We intend to identify and reflect on the kind of places and if these legitimize inequalities between men and women in the artisanal fishing universe. The methodology dopted in the study was qualitative nature the use of oral history. The data were interpreted based on gender perspective, understood in this study as the first way of constructing the social relations of power and subordination between men and women, whose foundation heory is based on studies undertaken by Scott (1990, 2012). Based on this, the, results of this research show the fishers of COPEMITO perform all, activities that constitute professional artisanal fishing, from the making of fishing tackle to the fish processing are therefore visible. However, there are diferences among women living with partner, of which are single, since the first, ince the first conceive their activities as "help" and the latter consider direct participants in activity, which legitimizes the existence of gender inequalities in the fisheries sector. The data allows also realize hat women need greater coordination along with the social organization of movements category. In this perspective, we infer that it is necessary for the consolidation of public policies that include the fishers and rovide access to this their social, social security and labor rights.

**Keywords:** Gender; (In) visibility; Artisanal Fisheries.



## **LISTA DE SIGLAS**

**BNCC** – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

**CAPs** – Caixa de Aposentadoria e Pensão

**CF** - Constituição Federal

**CODEPE** – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

**COPEMITO** – Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia

**CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas

**DPA** – Departamento de Pesca e Aquicultura

**FCC** – Fundação Carlos Chagas

**IAPM** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**IBAMA**- Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

**IFTO** – Instituto Federal do Tocantins

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**UFT** - Universidade Federal do Tocantins

**MAPA** – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MPA** - Ministério da Pesca e Aquicultura

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**PESCART** – Plano Nacional de Assistência à Pesca Artesanal

**RGP** - Registro Geral da Pesca

**SEAP** – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

**SUDEPE** – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1</b> - Mapa do estado do Tocantins – Brasil, 2016..... | 23 |
|---|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1-</b> Faixa etária das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.....  | 53 |
| <b>Gráfico 2</b> – Estado civil das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.....   | 57 |
| <b>Gráfico 3</b> – Nível de escolaridade das pescadoras da COPEMITO - Brasil, 2016.....                                  | 60 |
| <b>Gráfico 4</b> – Naturalidade das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.....   | 61 |
| <b>Gráfico 5</b> – Número de filhos das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.....                                       | 63 |
| <b>Gráfico 6</b> – Percentual das pescadoras da COPEMITO que confeccionam apetrechos de pesca – Brasil, 2016.....        | 65 |
| <b>Gráfico 7</b> – Percentual dos pescadores da COPEMITO que confeccionam apetrechos de pesca – Brasil, 2016.....        | 66 |
| <b>Gráfico 8</b> – Percentual das pescadoras da COPEMITO que realizam reparos em apetrechos de pesca – Brasil, 2016..... | 68 |
| <b>Gráfico 9</b> – Percentual das pescadoras da COPEMITO que participam da captura do pescado – Brasil, 2016.....        | 70 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12 |
| <b>Capítulo 1 - O SURGIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL</b> .....  | 26 |
| 1.1 A gênese da organização social das colônias de pescadores.....   | 29 |
| <b>Capítulo 2 - O MOVIMENTO FEMINISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL</b> .....   | 34 |
| 2.1 Gênero: uma história para além de um conceito.....   | 41 |
| 2.2 A divisão sexual do trabalho enquanto reprodutor das desigualdades de gênero.....  | 45 |
| 2.3 As relações de gênero no contexto da pesca artesanal.....  | 48 |
| <b>Capítulo 3 - ATIVIDADE PESQUEIRA NA COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS/TO: UMA REALIDADE FEMININA</b> ..... | 53 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 75 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 78 |

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi elaborada a partir de questionamentos quanto às atividades<sup>1</sup> desenvolvidas pelas mulheres na pesca<sup>2</sup> artesanal<sup>3</sup> realizada em águas continentais<sup>4</sup>, sobretudo, no que se refere a (in)visibilidade<sup>5</sup> destas. Nesse sentido, fundamentamos as discussões nos estudos que abordam as relações de gênero<sup>6</sup>.

No bojo das nossas indagações, encontram-se questionamentos sobre as atividades pesqueiras realizadas pelas pescadoras associadas à Colônia de Pescadores Profissionais<sup>7</sup> Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins<sup>8</sup> e Tocantínia – COPEMITO, a saber: Por que o trabalho feminino ainda é pouco reconhecido na pesca? Como as relações de gênero entre homens e mulheres foram estabelecidas na atividade pesqueira? Quais os lugares de gênero que as mulheres ocupam? Como as mulheres concebem suas atividades na pesca artesanal?

---

<sup>1</sup> Neste trabalho adotamos o termo atividade conforme a concepção adotada pelas pescadoras, uma vez que se reportam desta maneira ao trabalho que realizam na pesca artesanal.

<sup>2</sup> A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Seção II, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, em substituição ao Código de Pesca de 1967. Para os efeitos desta lei à atividade pesqueira no Art. 4º, consiste “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

<sup>3</sup> Definição prevista na Lei n.11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras. A pesca artesanal é definida como modalidade de pesca comercial, realizada diretamente pelo pescador, autonomamente ou com auxílio do grupo familiar, em embarcações de pequeno porte. Assim a pesca artesanal passou a ser definida somente em 2009, através da referenciada lei, nos seguintes termos: Art. 8º. Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I- comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

<sup>4</sup> O Art. 2º da Lei da pesca define águas continentais como aquelas constituídas pelos rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar (BRASIL, 2009).

<sup>5</sup> O termo (in)visibilidade foi uma definição utilizada pela autora da pesquisa em questão, pelo fato da análise evidenciar que as atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres são (in)visíveis tanto para elas quanto para os outros. Neste sentido, este trabalho buscou dar visibilidade a estas atividades, mas que são (in)visíveis devido às questões de gênero, uma vez que estas atuam como um marcador cultural no processo de construção e reprodução social dos sujeitos.

<sup>6</sup> Neste trabalho adotamos a compreensão do conceito de gênero ancorado na perspectiva histórica e cultural de Joan Scott. De acordo com Scott (1990, p. 06) o gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Ainda de acordo com a autora o gênero indica “uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional” (SCOTT, 1990, p.17).

<sup>7</sup> A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, define pescador profissional a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica (BRASIL, 2009).

<sup>8</sup> A cidade de Miracema do Tocantins/TO foi capital provisória do estado, no ano de 1988, até a criação de Palmas, em 1990.

Assim, com base nas indagações acima, definimos o problema de pesquisa da seguinte maneira: Quais os lugares de gênero que as pescadoras da COPEMITO ocupam na atividade pesqueira?

Desta forma, os objetivos deste estudo foram:

- Caracterizar e analisar o perfil socioeconômico das pescadoras artesanais da COPEMITO, a saber: o tempo de atuação na pesca, faixa etária, estado civil, escolaridade e naturalidade;
- Identificar e analisar as atividades realizadas por homens e mulheres na pesca artesanal bem como apontar os entraves e desafios postos na execução destas;
- Descrever e analisar nas falas das pescadoras como elas concebem suas atividades;

Segundo Bourdieu (1995) a inserção das mulheres na vida pública (fora do lar) tem revelado a existência de disparidades entre homens e mulheres, no que se refere ao acesso a emprego, espaços de poder e remuneração. A mulher ainda está exposta a preconceitos das mais variadas formas, dentre eles: econômicos, sociais, culturais e étnicos (FARIA; FOGARI, 2010, p. 157).

A participação das mulheres na atividade pesqueira tem contribuído para a discussão a respeito das questões de gênero, pois segundo Maués (1999, p.379) “a pesca no Brasil é uma atividade tradicionalmente exercida pelos homens e, mais do que isso, sempre pensada (pelos próprios membros das comunidades pesqueiras) com um domínio restrito ao poder<sup>9</sup> masculino”. Somamos a este fator, as relações de gênero que, por sua vez, definem os papéis sociais adequados aos homens e mulheres na sociedade.

Nesta perspectiva, gênero é uma categoria indispensável para a compreensão deste estudo, uma vez que os lugares que homens e mulheres ocupam na pesca artesanal podem ser compreendidos a partir deste. Desse modo o conceito de gênero adotado neste estudo baseia-se na perspectiva cultural e histórica empreendida pelos estudos de: (SCOTT, 1990, 2012; PEDRO, 2005; PARENTE, 2007, 2012; SOUSA, 2013). Em relação às desigualdades de gênero na pesca artesanal apresentamos as discussões de: (MAUÉS, 1999; MATTOS e ROSA, 2010; MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2012; ROCHA e CUNHA, 2012).

Para fundamentar a discussão sobre o surgimento da atividade pesqueira no Brasil, utilizamos os estudos de DIEGUES (1983,1999), que traz o contexto histórico da criação da pesca como uma atividade anterior à agricultura. Ressaltamos que no contexto da atividade pesqueira, as mulheres vêm aos poucos rompendo com a barreira do invisível, como apontam

---

<sup>9</sup> O conceito de poder abordado neste trabalho baseia-se na abordagem do filósofo francês Michel Foucault (1979) ao considerar que as significações de gênero são construídas pelo poder atribuído aos homens.

os trabalhos de (CAVALCANTI, 2010; SOARES e SCHERER, 2012; INÁCIO e LEITÃO, 2012). No entanto, os estudos de Cavalcanti (2010) e Inácio e Leitão (2012) abordam as atividades de coleta e pesca, realizadas pelas marisqueiras e pescadoras, especificamente no litoral nordestino, o que nos possibilita perceber a existência de disparidades regionais. Diferentemente do estudo de Soares e Scherer (2012) que analisa a pesca artesanal realizada em um rio localizado no estado do Amazonas da região Norte.

Segundo Diegues (1983) as diferentes regiões brasileiras abarcam características peculiares, não somente devido aos aspectos geográficos, mas também pela dinâmica dos aspectos sociais, naturais, culturais e históricos que as compõem. Logo, destacamos a importância deste trabalho para os estudos do tema em questão, que por sua vez, buscou dar visibilidade as atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres em águas fluviais à luz da interpretação do conceito de gênero.

De acordo com Borges *et al* (2013) o estado do Tocantins se destaca entre os estados brasileiros por ser o mais recente da federação. Sua criação foi resultante da separação do Norte goiano, em 1988. Em virtude disso a região tem atraído inúmeros trabalhadores de diversas regiões brasileiras, que veem nessa região uma terra de oportunidades.

A criação do estado foi fruto da execução de um projeto fundamentado em um discurso autonomista, cujo conteúdo expressava o interesse pela divisão do antigo Norte de Goiás, uma região considerada atrasada econômica e politicamente. Segundo Cavalcante (2003, p. 13) esta criação, em 1988, legitimou um projeto de autonomia que apontava as necessidades econômicas e político-administrativas de seu próprio tempo, mas trazia também as falas de outras gerações e seus projetos inconclusos.

Assinala-se que a primeira manifestação de oposição do Norte ao Centro-Sul de Goiás foi decorrente da dinâmica da economia de mineração no início da metade do século XVIII. Esse episódio aconteceu devido a uma determinação de um imposto de capitação mais elevado para as minas do Norte do que o das minas dos Goyazes. Essa medida foi justificada, porque as minas do Tocantins e do Norte eram mais ricas do que as do Centro-Sul (CAVALCANTE, 2003, p. 21). A adoção desta medida fiscal gerou insatisfação nos contribuintes, visto que consideraram discriminatória, como também acirrou a oposição que existia entre os mineradores do Norte e do Centro-Sul de Goiás.

De acordo com Cavalcante (2003, p 22) a região Norte devido a sua condição de isolamento, concebeu a ação dessa política fiscal espoliativa como uma maneira de se evitar contrabando. Considera-se, portanto, que o peso do isolacionismo e a discriminação fiscal

foram os principais fatores que contribuíram para evocar um sentimento separatista na população local.

Ainda Cavalcante (2003, p. 61) argumenta que “os projetos de criação do estado do Tocantins foram articulados pela representação intelectual e política do Norte de Goiás em momentos específicos do século XX: 1956 a 1960 e 1984 a 1988”. Cabe evidenciar que a estrutura política do Brasil, na última década do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, foi denominada de coronelista<sup>10</sup>, termo que também se estende a realidade político-administrativa de Goiás nesse período.

Somente com o advento da República, a redivisão territorial foi definida na primeira Constituição de 1981. No entanto não se percebeu uma composição política em torno do projeto de autonomia do Norte de Goiás, pelo fato de ter sido apenas um intermédio da imprensa local, que publicava folhetins da situação de abandono e descaso administrativo da região do Norte goiano.

A respeito do projeto de autonomia do Norte de Goiás sua articulação se apresentou da seguinte maneira

Este só será articulado, num primeiro momento, em Porto Nacional, por profissionais liberais e algumas lideranças políticas, no período de 1956 a 1960, cuja mobilização, para se articularem os representantes políticos da região, foi bastante expressiva tanto no que se refere à participação de outros municípios quanto à articulação política com a Assembleia Estadual. Os fundamentos do discurso autonomista retomam, em alguns pontos, o sentimento de oposição socioeconômica e política do Norte de Goiás em relação ao Centro Sul, já manifestos na Proclamação Autonomista de 1821. Entretanto, o discurso foi recriado considerando-se as possibilidades políticas de seu tempo e suas várias dimensões: a situação política, regional e nacional na década de 1950 (CAVALCANTE, 2003, p. 63-64).

Assim o projeto expressava o sentimento de insatisfação da população, de alguns profissionais liberais e algumas pessoas da elite política local que defendiam a separação do Norte Goiano. Desse modo, segundo Cavalcante (2003) em 13 de maio de 1956, foi lançado,

---

<sup>10</sup> De acordo com Carvalho (2013, p. 56) com a proclamação da República em 1889, além dos analfabetos, os mendigos, as mulheres e os membros de ordens religiosas eram impedidos de votar. Neste período, a representação política ficava a cargo das oligarquias estaduais formadas pelas elites locais, conhecida como “república dos coronéis”. O coronelismo era a aliança desses chefes locais com os presidentes de estado e desses com o presidente da República onde as fraudes e práticas corruptas eram comuns.



na cidade de Porto Nacional, o Movimento Pró-Criação do estado do Tocantins, com um caráter emancipacionista do Norte de Goiás.

O contexto político que o Brasil vivenciava era favorável à separação das regiões, uma vez que a ditadura de Vargas e a retórica da Segurança Nacional Constituinte trouxeram à tona a preocupação com a defesa das fronteiras nacionais. Nesse sentido, a Constituição de 1937, em seu artigo 6º, previa a criação de territórios como interesse da defesa nacional, reflexo da instabilidade política internacional que já prenunciava a 2ª Guerra Mundial, com ascensão do nazismo (CAVALCANTE, 2003, p. 65).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o último censo realizado em 2010, apontou que o estado do Tocantins possui uma área geográfica de 277.720, 569 km<sup>2</sup>, sua população era de 1.383.445 habitantes com uma densidade demográfica de 4,98 hab/km<sup>2</sup>, com um total de 139 municípios pertencentes ao estado.

O estado tocaninense é consideravelmente propício para a realização da pesca artesanal devido à presença de dois importantes rios: Tocantins e Araguaia. O rio Tocantins possui uma extensão total de aproximadamente 2.400 km e é formado a partir da confluência dos rios das Almas e Maranhão, cujas cabeceiras localizam-se no Planalto de Goiás, a cerca de 1.000 m de altitude, ao norte da cidade de Brasília (ANA, 2009, p. 41).

Para Foschiera e Pereira (2014, p. 94) “este rio teve importância destacada para o antigo Norte Goiano (atual estado do Tocantins), antes da construção da rodovia Belém-Brasília (década de 1950), pois serviu de rota de produtos minerais e agropecuários e importação de produtos manufaturados, com a construção da rodovia, o rio perde importância econômica”.

O rio Tocantins possui uma vasta extensão territorial com grande disponibilidade de água, o que viabiliza a realização da pesca artesanal, principalmente, para as pescadoras de Miracema do Tocantins, pois o município localiza-se as margens do rio. Além disso, possui um valor sociocultural e econômico para as pessoas que dedicam seu tempo a navegarem por suas águas e usufruírem delas para o sustento. Segundo Parente (2007, p. 101) “este rio que corta o estado do Tocantins de sul a norte, é um referencial social para a população local desde o período colonial, possuindo ligação direta nas discussões que se referem ao desenvolvimento da região”.

No aspecto econômico, no município de Miracema do Tocantins foram executados diversos projetos desenvolvimentistas, a saber: a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins, a

ferrovia Norte-Sul e, principalmente, empreendimentos no setor energético, como a construção de várias hidrelétricas ao longo do rio Tocantins.

De acordo com Parente (2012) os grandes empreendimentos do setor energético tem contribuído para a renovabilidade, baixa emissão de poluentes, disponibilidade para a produção em escala e potencialidade para o desenvolvimento regional e local. Por outro lado, vem causando alguns problemas ambientais, pois provocam alterações no regime hidrológico, deterioram a qualidade da água e reduzem a biodiversidade de espécies presentes naquele ambiente fluvial.

Com a construção das hidrelétricas, o rio volta a ganhar importância no cenário regional, mas por outro lado, trouxe prejuízos para a pesca e para vida de muitos pescadores. Segundo Foschiera e Pereira (2003, p. 99) “esse empreendimento causou profundas modificações na fauna, na flora e na vida dos pescadores, que faziam do rio um meio de sobrevivência, seja para a venda de pescado ou para consumo próprio”.

Em relação à revisão da literatura, encontramos os trabalhos de: Cavalcanti (2010) e o de Inácio e Leitão (2012), que abordam a perspectiva de gênero na pesca artesanal. O estudo de Inácio e Leitão (2012) resgatou a memória da formação do grupo Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco e também sua trajetória no projeto de Extensão Gênero, raça e pesca: produção e articulação das pescadoras de Pernambuco (UFRPE/MDA).

Especificamente na região Norte, o estudo de Soares e Scherer (2012) discute as atividades realizadas pelas mulheres na comunidade Cristo Rei, no estado do Amazonas, na qual as mulheres realizam a pesca e participam desde a confecção do pescado até a sua captura, o que revelou que, aos poucos, as mulheres vêm rompendo com a invisibilidade na atividade pesqueira.

Segundo Soares e Scherer (2012) poucos são os estudos dedicados às mulheres rurais no estado do Amazonas, especialmente sobre as pescadoras, essas presenças silenciadas que cotidianamente, não só contribuem com o processo de produção pesqueira nas comunidades rurais, seja limpando ou salgando os peixes, seja capturando os peixes nos lagos, rios, furos, igapós, inclusive as feras (peixe liso), seja ainda tecendo redes, consertando canoas, enfim cuidando dos apetrechos de pesca. E mais, dando suporte familiar aos grupos domésticos nas comunidades pesqueiras na Amazônia.

No estado do Tocantins, encontramos apenas o estudo de Zacarkim *et al* (2015) que apresenta um panorama da pesca artesanal no rio Araguaia, cujo objetivo foi testar a hipótese de que o ciclo hidrológico do rio influencia na atividade pesqueira comercial de pequena escala. Entretanto estes estudos diferem do nosso trabalho que é dar visibilidade as atividades

pesqueiras realizadas pelas mulheres, à luz da interpretação do conceito de gênero. Ou seja, o viés adotado neste estudo fundamenta-se na perspectiva de gênero na pesca artesanal realizada em águas continentais.

Não obstante, inserção da mulher no espaço público, principalmente em atividades tradicionalmente masculinizadas, como a pesca artesanal, as atividades que as pescadoras realizam são associadas a uma concepção de “ajuda”, principalmente para aquelas que vivem com marido e/ou companheiro, o que legitima as desigualdades<sup>11</sup> de gênero na atividade pesqueira. Na perspectiva de Parente (2005 apud ANZAI, 1985) o trabalho concebido como “ajuda” é um trabalho secundário, feito sob a orientação de outrem, um homem, principalmente na época de maior “aperto”, uma vez que as únicas atividades classificadas como “trabalho” para a mulher seriam aquelas diretamente relacionadas com a manutenção da casa e da família, como: cozinhar, tecer, fazer farinha, sabão, lavar roupa e cuidar dos filhos.

A respeito das desigualdades de gênero, Parente (2012, p. 277) argumenta que

Ficam legitimadas as desigualdades de gênero quando estas estão ligadas à tendência de identificar as mulheres com a casa, e os homens com a produção. De tal modo que essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais, os homens à arena pública do comércio, da produção e da política.

Assim, propomos uma discussão a partir da contribuição de (HIRATA e KERGOAT, 2007; SCHNEIDER e SILVA, 2010) acerca divisão sexual do trabalho. Para as autoras o trabalho doméstico é visto como algo inerente e/ou inato à condição de ser mulher, pois esta realidade coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar mais relevante. Nesse sentido a divisão sexual do trabalho contribui para compreender que as pescadoras além de realizarem suas atividades profissionais também combinam o trabalho doméstico as suas atividades rotineiras, visto que cuidam da casa e dos filhos, sendo estas atividades consideradas como algo inerente às mulheres.

As mulheres lutam por reconhecimento (visibilidade) nos espaços públicos, em que segundo Fraser (2006) o reconhecimento extrapola a exploração como justiça fundamental. Suas lutas perpassam diversas dimensões, seja no campo político, cultural e social, visto que são reivindicações que pautam a defesa dos direitos de cidadania.

---

<sup>11</sup> O conceito de desigualdade de gênero refere-se às diferenças de remuneração, acessibilidade e o tratamento destinado aos homens e mulheres (INÁCIO; LEITÃO, 2012, p. 172).

Na perspectiva de Maneschy *et al* (2012, p. 722) “as reivindicações de mulheres por reconhecimento de vários papéis – econômicos, sociais, políticos – tendem a significar empoderamento<sup>12</sup> das comunidades no tocante aos recursos de que dependem”. Isso porque trazem a gestão pesqueira para o nível da própria comunidade local, compreendendo que a pesca artesanal, como as demais atividades produtivas, não se mantêm por si sós através de laços mercantis. Ao contrário, decorrem de um conjunto de funções e relações sociais, que envolvem homens e mulheres, são tarefas associadas a saberes diversificados, sociabilidades e espaços interacionais específicos.

Nessa ótica o movimento feminista no Brasil representa as reivindicações e anseios das mulheres por reconhecimento no campo dos direitos civis, políticos e sociais. Este movimento teve repercussões significativas, devido a sua força e amplitude, pois não ocorreu de forma unificada, mas com múltiplas manifestações, fragmentações, objetivos e interesses distintos.

De acordo com Pinto (2003, p. 09) a trajetória do feminismo assinala algumas peculiaridades

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora, que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã - e também as propostas revolucionárias, que viam nas lutas das mulheres um desvio da luta do proletariado por sua libertação.

A discussão do movimento feminista também foi necessária para compreender o surgimento do conceito de gênero, pois foi a partir deste que as feministas utilizaram pela primeira vez.

Contudo o pressuposto deste trabalho é que as pescadoras participam de todas as atividades que constituem a pesca, mas são (in)visíveis nos espaços que ocupam, pois a pesca é concebida tanto pelas mulheres quanto pelos homens como uma atividade tradicionalmente masculina. O segundo pressuposto é que as pescadoras mesmo cientes de realizarem todas as atividades pesqueiras rotulam seu trabalho de “ajuda”.

---

<sup>12</sup> Segundo Parente e Guerrero (2012, p. 180) “o empoderamento é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero”.

Essa disparidade entre homens e mulheres pode está relacionada à concepção de que a pesca é uma atividade tradicionalmente masculina, resultante das relações de gênero que delimitam funções sociais adequados aos homens e mulheres. Ou seja, apesar das mulheres participarem da pesca seu trabalho é encoberto e/ou (in)visível pelas questões de gênero, que confere a mulher atividades próprias de mulheres, a saber: o cuidado doméstico.

Na concepção de Zelizer (2010, p. 246) as atividades que envolvem cuidado, afeto, atenção, amor, ou qualquer relação emocional de outrem ou de um objeto tendem a ser gratuitas ou mal remuneradas. A autora denomina estas atividades como *care*. Na atividade doméstica, podemos constatar esta realidade, uma vez que as mulheres que se dedicam ao cuidado de sua própria casa, não tem esta atividade remunerada, mesmo as que exercem a função de empregada doméstica, o trabalho ainda é pouco valorizado e com baixa remuneração.

No tocante à metodologia adotada neste estudo, esta é de cunho qualitativo, em que utilizamos o olhar da perspectiva histórico-social que possibilita a compreensão de um nível de realidade que não pode ser quantificado – as relações sociais, as quais são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos que correspondem ao espaço mais profundo dos fenômenos sociais (CASSAB, 2007, p.58).

Na perspectiva de Ribeiro (2000, p. 111) “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva. Existe uma identidade entre sujeito e objeto. Observador e objeto são de natureza idêntica. O investigador também faz parte da observação por ele mesmo realizado”.

Nesse sentido a fim de compreender o objetivo da pesquisa em questão: Analisar a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas pescadoras da COPEMITO, utilizamos como procedimento metodológico a história oral, pois segundo Parente (2007, p. 106) permite a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade.

Para atingir o objetivo proposto fez-se um levantamento de campo com pescadores e pescadoras, entre os meses de julho a outubro de 2015. Foram entrevistadas 14 (quatorze) pescadoras e 18 (dezoito) pescadores associados à COPEMITO, o que resultou em um total de 32 (trinta e dois) entrevistas realizadas. Os critérios de escolha para participarem da pesquisa consistiram no interesse, disponibilidade e frequência dos pescadores e pescadoras nas reuniões organizadas na sede da colônia.

Enfrentamos algumas dificuldades no decorrer desta pesquisa, a saber: indisponibilidade das pescadoras para participarem da pesquisa, devido às diversas atividades

diárias que realizam e o reduzido horário dos ônibus para o município de Miracema do Tocantins/TO que dificultou o deslocamento da pesquisadora.

A história oral mostrou-se relevante para este estudo, uma vez que, ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como um “através”, um meio pelo qual se organizam relações sociais, marcando experiências (TEDESCHI, 2014, p. 19).

Destarte esta metodologia possibilitou compreender as relações sociais entre homens e mulheres, pois analisamos como em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero (TEDESCHI, 2014, p. 23).

De acordo com Tedeschi (2014, p. 33) “a história oral como ferramenta metodológica tem na memória das mulheres, através do relato, da entrevista, suas lembranças como fonte de múltiplos tempos”. Esta ferramenta possibilita as mulheres narrarem suas trajetórias de vida a partir de suas interpretações no presente apoiadas em uma consciência do passado.

A subjetividade também constitui um elemento integrante da história oral, pois segundo Portelli (1996, p. 60) as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e a própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Os sujeitos ao narrarem suas histórias de vida a fazem em uma dupla qualidade de indivíduos singulares e de sujeitos coletivos (TEDESCHI, 2014, p. 35).

Tedeschi (2014) ainda argumenta que cada sujeito é dotado de uma subjetividade, mas no caminho de sua construção sofre influências do meio em que vivem ou viveram, quais sejam: familiar, social, cultural e socioeconômica. Ou seja, a partir das narrativas das pescadoras buscamos apreender a subjetividade de cada uma, uma vez que esta é construída a partir das experiências vividas, e influenciadas pelos aspectos sociais, econômicos e culturais que permeiam a vida em sociedade.

Dessa forma a história oral como uma fonte narrativa, possibilitou identificar qual a concepção das pescadoras em relação às atividades pesqueiras que realizam, seja no passado e no presente, por meio da subjetividade e reconstrução de suas memórias. A história oral busca inserir as vozes que faltavam, a dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo” (SALVATICI, 2005, p. 29).

Segundo Matos (2000, p.16) “por sua característica basicamente relacional, a categoria de gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se em função do outro, pois se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados”.

Ou seja, para entendermos as atividades realizadas pelas mulheres na pesca artesanal também precisamos entender como os homens a realizam, pois não existe lugar de fala das mulheres sem a existência do lugar de fala dos homens, pois gênero é relacional.

Logo, esclarecemos o conceito de história oral adotado neste estudo, que na perspectiva de Meihy (2000, p. 87) se constitui história oral os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas ao público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido. A escolha do tipo de entrevista também se fez imprescindível para trabalhar com esta ferramenta metodológica. As entrevistas se dividem em dois tipos: entrevistas temáticas e/ou entrevistas de história de vida.

Neste trabalho dentre as 14 (quatorze) entrevistas realizadas com as pescadoras, 08 (oito) foram respondidas por meio de questionários e 06 (seis) de história oral. As primeiras a fim de caracterizar e analisar o perfil socioeconômico, a saber: o tempo de atuação na pesca, faixa etária, escolaridade, naturalidade e estado civil bem como identificar as atividades realizadas pelas pescadoras no contexto da atividade pesqueira.

As entrevistas de história oral possibilitaram compreender as vivências das pescadoras na atividade. Segundo Parente (2007, p. 107) na entrevista de história de vida, o entrevistado é levado a contar livremente sua vida, imprimindo a narrativa suas próprias categorias, o ordenamento e a seleção do que quer relatar, ou seja, suas memórias. A partir das entrevistas realizadas também identificamos e analisamos nas narrativas<sup>13</sup> das mulheres quais os lugares de gênero que ocupam na pesca artesanal.

Segundo Tedeschi (2014, p. 53) “as histórias de vida, dentro do leque maior da história oral, abarcam procedimentos e aproximações extremamente diversos”. Estas buscam outorgar um lugar de privilégio à experiência vivida e possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas, através de articulações temporais.

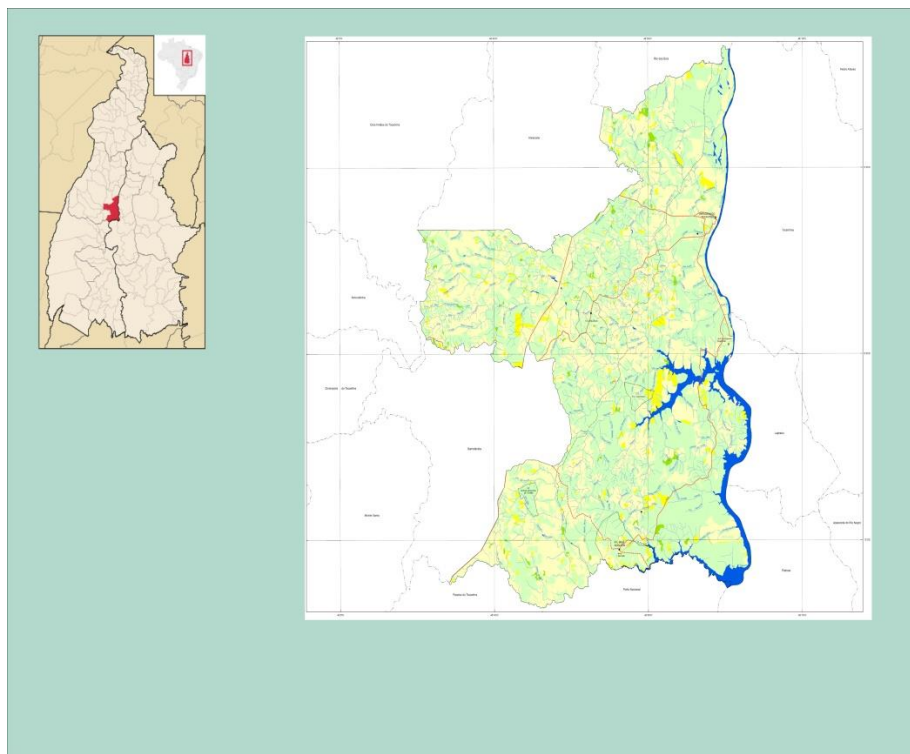
Ainda o autor pontua que “a história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a história das mulheres e os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem dos silêncios da historiografia”. Portanto a história oral proporcionou as mulheres e aos homens, por meio de suas narrativas, falarem dos lugares de gênero que ocupam na pesca artesanal.

---

<sup>13</sup> Para Tedeschi (2014, p. 52) as narrativas constituem experiências de ações e sentimentos vivenciadas pelos sujeitos, mas também em reflexões sobre estes. No sentido semântico da palavra, narrar significa: expor, contar, referir, dizer, registrar, por em memória (e, portanto, lidar com a temporalidade idade), visto que são elementos constitutivos deste termo. Portanto, foi esta a contribuição que a história oral trouxe para nossa pesquisa.

No tocante ao *locus* da pesquisa, a cidade de Miracema do Tocantins, localiza-se na região Centro-Norte do estado, na margem esquerda do rio Tocantins que a separa de outra cidade do estado, Tocantínia (LIRA, 2011, p. 176). A cidade surgiu a partir de um entreposto comercial instalado a beira do rio Tocantins para abastecer os fazendeiros que teriam que atravessá-lo para fazer compras em Tocantínia.

Figura 1 – Mapa do estado do Tocantins - Brasil, 2016.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

Ao redor do comércio juntou imigrantes vindos do Maranhão, atraídos por suas terras férteis e pastagens nativas para a criação de gado. Inicialmente ficou conhecida como Bela Vista e depois como Distrito de Xerente, Vila de Miracema, Miracema do Norte e, finalmente, Miracema do Tocantins.

Segundo Lira (2011) Miracema viveu três períodos de prosperidade econômica: o primeiro quando era Vila de Miracema, ocorreu com a exploração do cristal, uma atividade mineral que explodiu no Tocantins, nas regiões de Cristalândia, Pium, Paraíso, Xambioá, Araguaína, dentre outras, na década de 1940. Nesse período Miracema servia de entreposto de trocas entre os garimpos da região. Em consequência desse progresso econômico, a cidade foi



desmembrada pelo Decreto-lei nº 8.305, de 31/12/1943 do município de Araguacema (ex Santa Maria do Araguaia).

Ainda de acordo com o autor a Lei Estadual nº 120, de 25/08/1948 lhe restituiu o nome de Miracema do Norte, uma mistura do latim como o guarani Miracema ou “cidade que mira a água no rio”. O segundo período de prosperidade veio para Miracema com o advento da rodovia BR-14, atual BR-153. O ano de 1958 foi um ano de progresso para a cidade e para o interior, foram abertas rodovias que ligavam a região de Miracema à BR, criando assim uma nova perspectiva de desenvolvimento, baseado na oportunidade oferecida pela Belém-Brasília de ligar aquela região ao Centro-Sul do país, sendo que sem a rodovia a cidade estava ligada somente ao Norte através da hidrovía do Tocantins. Esse foi o maior progresso da região de Miracema, só superado pelo advento da capital provisória.

O terceiro período de prosperidade da região de Miracema ocorreu com a capital provisória, quando na noite de 07 de dezembro de 1988, o jornal Nacional da Rede Globo anunciou que a capital provisória do estado seria Miracema do Norte, a cidade tomou outro rumo, outra cara, outra concepção de cidade.

No tocante à estrutura, o trabalho está dividido em três capítulos (subdivididos por seções), além desta introdução e das considerações finais. O capítulo I discute o surgimento da atividade pesqueira no Brasil a partir dos estudos de DIEGUES (1983,1999).

Ainda no capítulo I apresentamos: “A gênese da organização social das colônias de pescadores” que apresenta o processo de criação destas organizações a fim de entender suas contribuições na regulamentação das atividades pesqueiras no país. Para tanto adotamos o referencial teórico de (SILVA, 2005; BARBOSA, 2009). Quanto ao contexto histórico que o Brasil vivenciava utilizamos as contribuições de CARVALHO (2013) sobre o período ditatorial e de redemocratização do país.

O capítulo II é subdividido em três seções. Neste abordamos a trajetória do movimento feminista no Brasil, bem como sua organização e perspectivas, com o intuito de compreender como o conceito de gênero foi criado, para assim apreendermos as questões de gênero que perpassam a pesca artesanal. Desse modo explanamos as discussões de: (PINTO, 2003; PEDRO, 2005; SABATTO, 2009; NARVAZ, 2010).

Ainda a partir deste debate teórico buscamos entender por que o movimento feminista representa um marco na história de vida de milhares de mulheres? Quais eram suas principais reivindicações e anseios? Qual o momento histórico em que o conceito de gênero foi adotado pelas feministas?

Por conseguinte, a primeira seção (2.1) denominada: “Gênero: uma história para além de um conceito” traz a discussão sobre o significado do termo bem como o momento histórico em que passou a ser concebido pelas feministas. Buscamos problematizar por que gênero é considerado um conceito conflituoso que delimita um debate político. Dessa forma tecemos nossas análises sobre as questões que subsidiaram a construção deste.

A segunda seção 2.2 cujo título é: “A divisão sexual do trabalho enquanto reprodutor das desigualdades de gênero” tem o intuito de entender o conceito de divisão sexual do trabalho para elucidar por que existem atividades de homens e de mulheres. Qual o significado dos espaços públicos e privados?

A terceira seção 2.3: “As relações de gênero no contexto da pesca artesanal” apresentamos a revisão da literatura sobre o tema a fim de identificar as atividades que as mulheres realizam na pesca artesanal.

O capítulo III: “Atividade pesqueira na Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia - COPEMITO: uma realidade feminina” apresenta os resultados e análises da pesquisa sobre as atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres à luz da interpretação do conceito de gênero.

A seguir discutiremos o primeiro capítulo deste estudo, cuja discussão abordará o surgimento da atividade pesqueira no Brasil.

## **CAPÍTULO 1 – O SURGIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL**

Este capítulo versa sobre o surgimento da atividade pesqueira a partir da revolução industrial, pois este acontecimento possibilitou a expansão da pesca, devido à introdução de um novo tipo de organização. Para tanto fundamentamos na compreensão de Diegues (1983, 1999), pois esses dois trabalhos contextualizam a pesca desde antiguidade.

Segundo Diegues (1983) à medida que a pesca se exercia em mares mais distantes, necessitava-se de mais capital para a armação dos barcos e manutenção das tripulações. Com o aparecimento da pesca de longo curso, o tamanho e tonelagem das embarcações de pesca aumentaram consideravelmente. Dentre os diferentes tipos de redes, as de arrasto foram as que mais se desenvolveram, principalmente a rede de *trawl* (arrastão), a qual mediante um longo processo evolutivo se transformou, de um simples aparelho de pesca artesanal, no apetrecho industrial de maior poder de captura. O arrastão ou *trawl* pode ser considerado o aparelho da grande pesca por excelência.

A revolução industrial proporcionou à expansão da pesca a longa distância, seja na costa da África, seja no Canadá, assistiu-se o início de um novo tipo de organização da produção que escapava ao pequeno pescador costeiro europeu.

Para Diegues (1983) o volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo comercial e não mais na unidade familiar. Ou seja, a nova era da produção capitalista exigia uma produtividade em maior escala, pois o interesse do capital era o lucro e a acumulação da produção contrapondo-se ao antigo regime baseado na subsistência da unidade familiar.

Vale pontuar os fatores que contribuíram para o aumento da produção pesqueira: a melhoria dos transportes, através de estradas de ferro que facilitaram a comercialização dos pescados nos centros urbanos e o uso do gelo como meio de conservação do pescado, introduzido por armadores de Hull, em 1860. Segundo Diegues (1983, p. 20) a utilização do gelo permitiu também uma permanência maior no mar bem como a oferta do pescado *in natura* nos mercados urbanos. A invenção do barco a vapor também resolveu o grave problema de locomoção dos barcos, que já atingiam centenas de toneladas de carga no fim do século XIX.

Por volta de 1860-1880 apareceram os primeiros barcos de pesca a vapor, iniciando-se assim um período de rápidas inovações tecnológicas com reflexos na própria organização

global das atividades pesqueiras. De acordo com Diegues (1983) muitos pescadores se revoltaram contra as embarcações a vapor, houve protestos e saques a cargas de pescado. Essa insatisfação dos pescadores era compreensível em que pese que somente um desses barcos a vapor com 14 tripulantes pescava o equivalente a 80 veleiros tripulados por 600 pescadores. O desembarque dessa captura causava a baixa dos preços do pescado e punha em perigo a sobrevivência dos pescadores embarcados em barcos a vela.

Segundo Diegues (1983, p. 21) “a difusão do barco a vapor fez com que o desaparecimento do barco a vela usado na pesca de longo curso fosse relativamente rápido na Europa”. O primeiro permitia uma viagem mais rápida aos pesqueiros distantes bem como um arrasto mais constante.

O aparecimento do barco motorizado engendrou o surgimento de portos especializados em atividades pesqueiras. Os pequenos refúgios dos barcos a vela e outras embarcações artesanais deram lugar a portos de pesca sempre maiores, para onde convergiam inúmeros pescadores artesanais à procura de trabalho.

Nos países europeus, sobretudo, naqueles em que a exaustão dos recursos costeiros tornava cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos pescadores, a pesca a longo curso (de um a seis meses) passou a ser realizada por empresas ou armadores capitalistas que não participavam diretamente das atividades de captura. Segundo Diegues (1983, p.22) “o fato de um navio a vapor oferecer mais segurança e conforto nas longas viagens atraía a tripulação de pescadores de unidades de pesca menores, especialmente daquelas embarcações movidas à vela”. O autor ainda pontua que, por outro lado, o surgimento dos portos fez desaparecer muitas vilas de pescadores, colocando-os a mercê do capital nas grandes unidades de produção.

Para Diegues (1983) houve uma diminuição do número de pescadores, pela redução da tripulação dos barcos a vapor e também pela competição entre a grande e a pequena pesca. Concomitantemente, parece ter havido aumento da força de trabalho utilizada em terra (descarga, armazenamento, industrialização, comercialização). Como resultados desse processo surgiram mudanças nas relações sociais de produção entre os armadores-proprietários e a tripulação.

Com as mudanças tecnológicas e a introdução do maquinário acarretaram em profundas alterações no processo de trabalho, como o aparecimento de funções novas no barco a vapor, como as do maquinista, mecânico, dentre outros.

Portanto, a pesca é uma atividade milenar, uma vez que seu surgimento remonta séculos de existência, anterior a agricultura. Desde os primórdios da existência humana a

pesca é uma fonte de subsistência, em que o pescado serve de alimento para diversas unidades familiares. Apesar dos avanços tecnológicos, com a adoção de práticas e instrumentos de pesca mais sofisticados, a força de trabalho humana ainda resiste em meio a tantas transformações tecnológicas.

Pontuamos que o estudo de Diegues (1983) nos fez refletir sobre o pressuposto deste estudo que a pesca é vista como uma atividade tradicionalmente masculina. Esta reflexão também foi apontada por Maués (1999) ao considerar que no jogo das invisibilidades em comunidades pesqueiras, as mulheres participam desde dentro, no nível interno da hierarquia entre os gêneros como também de fora para dentro, atingindo as mulheres em consonância, ou numa relação de homologia com a distinção hierárquica interna que sobrepõe os homens às mulheres. A autora ainda considera que esta sobreposição se daria, segundo observações de alguns autores, exatamente pela mão de estudiosos das sociedades pesqueiras.

No contexto brasileiro, a pesca artesanal, praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, uma vez que os peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar (DIEGUES, 1999, 361). Segundo o autor os índios realizavam a pesca de subsistência (autoconsumo), geralmente ao longo do litoral marítimo, por meio de canoas, pirogas cavadas em tronco de árvores e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, todas utilizadas em pesca litorânea.

A pesca artesanal tem um valor social considerável, pois se apresenta como meio de subsistência para a reprodução de inúmeras famílias. De acordo com Diegues (1983, p. 92) a pesca como meio de subsistência indica:

A produção do pescado enquanto meio de subsistência indica um estágio de produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção. A própria tecnologia, no caso limite, se confunde com a extensão do próprio corpo humano. O homem tira proveito, do que Marx chama de tecnologia natural, ou dos processos próprios da natureza para a produção da vida.

Outra característica da pesca artesanal é o modo como ela é praticada. Segundo Silva (2005) esta modalidade de pesca é feita em pequenas proporções, embora voltada para a produção mercantil, devido ao apetite do modo de vida eleito pelo mundo ocidental e mundializado, esta também ocorre com a combinação de atividades agrícolas.

Para Diegues (1983, p. 154) a pesca artesanal realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil é aquela cuja principal característica é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é o produto final, o pescado, é realizado tendo-se

em vista a sua venda. Segundo o autor o processo de trabalho se organiza dentro da unidade familiar (nuclear ou extensa) ou grupo de vizinhança, a captura do pescado se realiza com instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc), de propriedade familiar ou individual.

As pescadoras profissionais da COPEMITO se enquadram nesta modalidade de pesca artesanal, visto que o produto final do pescado geralmente é posto para venda em mercados públicos, como também serve de subsistência para a família.

No tocante à organização social das colônias de pescadores no Brasil de acordo com Silva (2005) somente nos primeiros anos do século XIX ocorreram as primeiras tentativas institucionais dessas colônias. Eles não poderiam se organizar, pois o controle das atividades estava sob o domínio da administração portuguesa. Mesmo assim já havia iniciativas de reação à imposição das normas impostas pela coroa portuguesa que beneficiavam apenas os portugueses que ali moravam. Na Amazônia a pesca já se fazia presente (SILVA, 2005, p. 33).

Desse modo a coroa portuguesa estabeleceu os primeiros pesqueiros reais que tinham a função de subsidiar a presença do Estado naquela região considerada selvagem. Os índios pescadores tinham que sustentar militares, religiosos e funcionários da coroa presentes na região. A organização dos pescadores em colônias de pesca teve origem, então, somente no ano de 1817, por meio do decreto da coroa lusitana.

Contudo aprofundaremos a discussão sobre o surgimento das colônias de pescadores no Brasil na próxima seção a fim de analisar a importância dessas organizações para a regulamentação das atividades pesqueiras no país.

### 1.1 A gênese da organização social das colônias de pescadores

Nesta seção apresentamos o processo de institucionalização das colônias de pescadores no Brasil e como este representou um marco para a regulamentação das atividades pesqueiras no país. Para tanto utilizamos os estudos de Silva (2005) e Barbosa (2009) que tratam do tema em discussão, pois na revisão da literatura foram os únicos trabalhos encontrados.

O surgimento das colônias de pescadores foi fruto da ação da Marinha de Guerra cujo objetivo era solucionar alguns problemas “nacionais”, dentre os quais estava o de se importar

peixe e a necessidade do país defender sua costa (SILVA, 2005, p. 15). Ainda em 1919, pós-segunda guerra mundial, o Brasil precisava proteger sua costa, desse modo à expectativa era de que os pescadores poderiam contribuir com esta necessidade que o país enfrentava.

De acordo com Barbosa (2009) essas colônias foram criadas no âmbito da Gestão Nacional Pesqueira, órgão público responsável pela fiscalização e desenvolvimento das atividades de pesca no país. Para tanto, em 1846 os pescadores foram organizados em Distritos de Pesca, sendo a responsabilidade administrativa pela pesca atribuída a Marinha do Brasil, que determinou a obrigatoriedade da matrícula (registro público) para os pescadores profissionais. A autora ainda pontua a criação da inspetoria de pesca em 1910, sendo extinta em 1918. Essa inspetoria realizou um levantamento das espécies marinhas e determinou a criação das Colônias de Pescadores, que tinham como objetivo criar pontos de fiscalização e vigilância da pesca como também a defesa nacional de fácil mobilização.

Barbosa (2009, p. 21) argumenta que em 1923 foi criado o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, fundamental para a organização e defesa da pesca artesanal. No ano de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, segundo Silva (2005) e Barbosa (2009) houve uma dinamização do setor pesqueiro artesanal com a substituição do Serviço de Pesca pela Divisão da Pesca artesanal e com a criação da Caixa de Créditos da Pesca para atender a demanda do setor empresarial e dar abertura aos financiamentos de projetos para empresas de pesca.

Cabe ressaltar que o Brasil vivenciava um contexto de grande efervescência política, em que segundo Carvalho (2013) o período de 1930 a 1937 foi marcado por grandes acontecimentos históricos. O período de 1930 registrou constantes mobilizações em vários estados do país e reuniu vários grupos sociais, dentre eles, operários, classe média, militares, oligarquias e industriais.

Desse modo a organização política mereceu destaque com a criação de mais sindicatos e outras associações de classe, mais partidos políticos e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional, foi nesse período que foram criadas as colônias de pescadores, pois a articulação do Estado com as classes sociais estavam presentes no período de 1930 a 1945, sendo este considerado o grande momento da legislação social.

Segundo Carvalho (2013) desde o primeiro momento, Getúlio Vargas, o então presidente do país, quando exerceu seu mandato em 1930, dedicou grande atenção às questões trabalhistas e sociais, visto que em 1943 regulamentou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a legislação previdenciária a partir de 1933, no primeiro momento, instaurou os Institutos de Aposentadorias e Pensão dos Marítimos (IAPM) e posteriormente as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs).

No ano de 1942 as colônias de pescadores foram subordinadas aos Comandos navais e às capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais. Em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), que visava conferir uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro. Com a extinção da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito da Pesca e do CODEPE, foi criada, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que centralizou todas as funções políticas e econômicas desses organismos. Barbosa (2009, p. 22) pontua que a partir da criação da Sudepe, o modelo de desenvolvimento do setor pesqueiro e, conseqüentemente as políticas públicas do setor, passaram a ser atrelados ao objetivo de crescimento da produção.

De acordo com Barbosa (2009) em parceria com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Sudepe, foi criado, em 1973, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), cujo objetivo era dar assistência técnica aos pescadores e às colônias. Em 1980, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que incluiu em sua estrutura uma Coordenação de Extensão, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço que era prestado pelo Pescart passou a ser de responsabilidade do instituto.

Nesse contexto a promulgação da Constituição Federal (CF) no ano de 1988 consolidou importantes direitos reivindicados em diversas lutas de trabalhadores, no âmbito dos movimentos sociais, a saber: o movimento feminista que marcou a história do Brasil. Para Carvalho (2013) a CF assegurou diversos direitos sociais, tais como: saúde, educação, moradia, trabalho, aposentadorias para deficientes físicos e idosos maiores de 65 anos, como também direitos fundamentais; liberdade, direito a vida, combate ao racismo, defesa do consumidor, por isso ficou conhecida como constituição cidadã.

Segundo Silva (2005) devido a esta criação ocorreram mudanças nas colônias de pesca, mas o paradigma conservador organizativo persistiu. Dentre essas mudanças, as colônias de pescadores, passaram a ter os mesmos direitos assegurados aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Esse ganho político foi resultado da luta dos pescadores por meio de sua organização.

No ano de 1989 houve a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e a gestão da pesca e da aquicultura, antes sob a responsabilidade da Sudepe, passou a ser atribuição do IBAMA, que deu um viés ambiental aos processos que envolviam a pesca. Em 1998, a responsabilidade e a competência de apoio da produção e fomento à atividade pesqueira foram transferidas para o Ministério da



Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujas ações foram executadas por meio do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), permanecendo as atividades relacionadas à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do IBAMA.

Somente no ano de 2003, no Governo do então ex - presidente Luís Inácio Lula da Silva foi criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP) com o intuito de “fomentar e desenvolver a atividade pesqueira”, nos moldes de uma nova política de gestão e ordenamento do setor. Esta secretaria ainda no governo Lula passou a ser Ministério de Aquicultura e Pesca - MPA a partir da Lei 11.958 de 26 de junho de 2009, em substituição à SEAP (INÁCIO; LEITÃO, 2012, p.178). Desse modo as colônias de pescadores surgiram mediante um interesse político e social do Estado brasileiro cujo principal objetivo era sistematizar e regular as atividades pesqueiras no país.

No tocante à criação da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia - COPEMITO<sup>14</sup> sua história apresenta uma caminhada trilhada pelos pescadores dos municípios supracitados, que desde 1996 enfrentaram inúmeras barreiras para a realização de suas atividades pesqueiras. A princípio, por parte dos órgãos de fiscalização em consequência da ausência de adequação a legislação federal sobre a pesca. Essas dificuldades foram superadas com a regulamentação da atividade pesqueira que possibilitou a aquisição das carteirinhas de pescadores. A partir do ano de 2004 organizaram-se em prol de concretizar a efetivação da criação de uma associação reconhecida legalmente para o exercício e valorização da categoria profissional.

Para tanto, formaram-se um grupo de aproximadamente 110 pescadores, que inicialmente passou a ser chamado de associação da Colônia de Pescadores devido a um engano do cartório no ato do registro, em 2006. Em 2010, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, através da Superintendência do Estado, iniciou um trabalho de discussão com sete municípios (Miracema, Lajeado, Palmas, Ipueira, Brejinho de Nazaré e Porto Nacional) do entorno da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães dos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado/TO, para discutir a necessidade de criação do território regional da pesca no Estado do Tocantins, o qual iria proporcionar grandes benefícios para todos os pescadores da região. Atualmente são 120 (cento e vinte) pescadores e pescadoras associadas à Colônia, sendo 28 (vinte e oito) mulheres e 92 (noventa e dois) homens.

---

<sup>14</sup> As informações sobre a história da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – COPEMITO foram relatadas pela secretária da colônia, a senhora Regina, no dia 09/06/2015, pois conforme a fala da entrevistada a colônia não tem nenhum documento oficial.

Em 2005, muitos começaram a receber as carteiras de registro de pescadores através do MPA, porém ainda eram proibidos de pescar, devido a uma lei estadual que proibia a pesca em determinados locais do Rio Tocantins. Lei esta que foi atualmente revogada pelo Governo Federal (Ministério da Pesca), permitindo assim, o desenvolvimento do trabalho dos pescadores com maior eficiência e segurança.

Em abril de 2011 depois de muitos debates e reuniões registrou-se como Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia–TO, o grupo rearticulou a Colônia e aprovou seu estatuto, no qual estipulou a sua diretoria e consequentemente definiu e descreveu todos os direitos e deveres da categoria.

No ano de 2012, o grupo realizou capacitações em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT para melhoria na comercialização e processamento do pescado, também adquiriu algumas conquistas como: a permissão de pescar dentro da lei (com a revogação da lei estadual), liberação do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF para os pescadores mais antigos, seguro defeso<sup>15</sup> para aqueles registrados com mais de um ano e a realização de novos cadastramentos com processo de aquisição de registro profissional (carteira de pescador).

No próximo capítulo discutiremos a importância do movimento feminista para o reconhecimento dos direitos sociais das mulheres e sua contribuição na construção do conceito de gênero, visto que foi a partir deste que o conceito foi utilizado pela primeira vez.

---

<sup>15</sup> O defeso é a paralisação das atividades de pesca que constitui uma política estratégica, de caráter ambiental, visando proteger as espécies durante o período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, consequentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores (BRASIL, 2014).

## CAPÍTULO 2- O MOVIMENTO FEMINISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL

Este capítulo discute a trajetória do movimento feminista, suas bandeiras de lutas e conquistas bem como o momento histórico em que se adotou o conceito de gênero. Por conseguinte para entender as questões de gênero no contexto da pesca artesanal faz-se necessário compreender o movimento feminista<sup>16</sup> no Brasil, uma vez que foi em função das reivindicações pautadas por este movimento que surgiu o gênero como categoria de análise histórica (MATOS, 2000, p. 16).

Na perspectiva de Pinto (2003, p. 09) escrever sobre o feminismo denota algumas peculiaridades

Escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa bastante peculiar, pois se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas, ficou imune a ter uma opinião. O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas.

Discutir o movimento feminista é uma tarefa complexa, pois exige se debruçar sobre os “feminismos”, uma vez que há uma vasta produção teórica que estuda o tema à luz de diversas interpretações. A história do feminismo brasileiro teve repercussões significativas na sociedade devido a sua força e amplitude, pois não ocorreu de forma unificada, mas com diversas manifestações, fragmentações, objetivos e interesses distintos.

A respeito da trajetória do feminismo, Pinto (2003, p. 09) pontua que:

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora, que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã - e também as propostas revolucionárias, que viam nas lutas das mulheres um desvio da luta do proletariado por sua libertação.

---

<sup>16</sup>Segundo Pedro (2005, p.79) o feminismo consiste em um movimento social organizado por mulheres, que surgiu no final do século XIX (primeira onda) centrado na reivindicação dos direitos políticos (como o de votar e ser eleita), dos direitos sociais e econômicos (trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança). Após a Segunda Guerra Mundial, “surgiu a segunda onda”, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres.

Decerto o feminismo tem uma história peculiar, pois podemos caracterizá-lo por uma trajetória de desafios e embates, avanços e conquistas, ora apresentando-se de forma conservadora, ora contrapondo-se a ordem social com suas ideias revolucionárias. A história do movimento encontra-se dividida em fases e/ou ondas, sendo esta última comumente conhecida no âmbito acadêmico. As ondas retratam o contexto político, social, cultural e econômico que as mulheres estavam inseridas em cada momento.

Segundo Narvaz (2010, p. 21) “classicamente conhecidas como as “três gerações” ou “três ondas” do feminismo em cada uma destas gerações surgiram propostas políticas distintas bem como variadas maneiras de pensar sobre gênero”. As reivindicações das mulheres foram peculiares a cada onda e contemplaram assuntos ligados aos direitos civis; como votar e ser votada, direitos sociais; como trabalho e renda, e direitos sexuais; referentes ao corpo.

Ainda de acordo com Narvaz (2010, p. 79) o movimento feminista caracteriza-se pela reivindicação dos direitos das mulheres, visto que pressupõe a existência de um sujeito mulher como origem dos interesses da categoria a serem representados pelo movimento. “O feminismo é a principal ferramenta que permite fazer uma leitura da realidade das mulheres”. (DI SABATTO, 2009, p. 13).

No tocante as ondas e/ou fases históricas, o movimento desenvolveu-se no final do século XIX no contexto brasileiro, entretanto na Europa e nos Estados Unidos desde o século XVIII foi possível identificar mulheres organizadas em prol de seus direitos de cidadania. Nos primórdios de sua organização o movimento ficou conhecido como feminismo de “primeira onda”, cujo foco era a luta das mulheres pelos direitos políticos<sup>17</sup> como também a defesa pelos direitos sociais e econômicos; como estudo, propriedade, trabalho remunerado e herança (PINTO, 2003, p.13). Na perspectiva de Pinto (2003) a luta pelo direito ao voto foi fruto de mobilizações desencadeadas pelo movimento sufragista que ocorreu desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, uma vez que as mulheres lutaram pelo direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães.

Ainda para esta autora a primeira fase e/ou “primeira onda” foi liderada por Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, teve uma importante militância e uma condição bem peculiar, que

---

<sup>17</sup> Na perspectiva de Carvalho (2013) os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Eles garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a existência da sociedade civil baseadas no pressuposto da liberdade individual. Em relação aos direitos sociais, esses são responsáveis pela participação dos cidadãos na riqueza coletiva, a diminuição das desigualdades produzidas pelo capitalismo e a promoção de bem-estar para a sociedade. E os direitos políticos referem-se à participação política dos indivíduos, como candidatas ou eleitoras.

definiu sua trajetória: a de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual. Essa fase obteve destaque nacional, porém com reivindicações pontuais, no que diz respeito ao direito ao voto. A partir dos anos 1960, surgiu o feminismo de “segunda onda”, um movimento com objetivos distintos da primeira fase, no qual apresentou propostas para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais. (PEDRO, 2005, p. 240). Essa segunda fase ocorreu pós-segunda guerra mundial, em que segundo Carvalho (2013) a Europa vivenciava uma série de transformações e contradições socioeconômicas promovidas pelo capitalismo monopolista e a pressão popular para a participação na política, o que resultou na consolidação dos direitos políticos.

No Brasil, o movimento desenvolveu-se no contexto da ditadura militar. “O país enfrentava um momento de instabilidade, em que as ditaduras e os regimes democráticos disputavam o poder político. Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945” (CARVALHO, 2013, p.87).

De acordo com Pedro (2005 p. 240) na “segunda onda”, apesar da ditadura<sup>18</sup> que o Brasil enfrentava, em pouco tempo, as demais reivindicações ganharam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e o corpo, a saber: a violência contra mulher. Dessa forma as décadas de 1960 e 1970 foram um marco para a expansão das pautas reivindicatórias do movimento feminista, em meio ao processo acelerado de urbanização caótica e industrialização crescente, o cenário brasileiro deu visibilidade às mulheres em diversos espaços públicos, em especial, nas universidades e nos empregos formais. “Os rostos femininos também eram nítidos nas manifestações de rua, como comprovam as fotos dos jornais da época” (PEDRO, 2005, p. 240). As mulheres participaram de marchas, passeatas, clubes de mãe, movimentos por creche, reivindicações por anistia política (pelos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento das Diretas Já (eleições diretas).

A terceira onda do feminismo se manifestou nas primeiras décadas do século XX no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Foram militantes desta fase: mulheres trabalhadoras e intelectuais que defendiam a superação da dominação<sup>19</sup> masculina

---

<sup>18</sup> A ditadura restringiu a liberdade de expressão, reprimiu as manifestações e dissolveu as lutas políticas com um viés de esquerda. Essa fase ficou conhecida como feminismo difuso, pois reuniu uma heterogênea gama de mulheres que se posicionaram de forma mais radical frente ao que identificavam como dominação masculina (PINTO, 2003, p. 10).

<sup>19</sup> Segundo Bourdieu (2002) a dominação masculina é permeada de significados morais e culturais legitimados pela forma de pensar refletida no comportamento dos indivíduos. Essa dominação se faz presente no contexto da pesca artesanal, visto que a atividade ainda é concebida tradicionalmente como masculina, em que as atividades das mulheres são vistas como uma “ajuda”, pois o espaço público da pesca artesanal é legitimado como uma atividade de homem, por exigir um relevante esforço físico e por ser pensada pelos homens e para os homens.

em prol da liberdade da mulher de uma forma radical, tendo muitas vezes, a exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas.

Esta onda desenvolveu-se na década de 1980, no período de redemocratização do Brasil, pós-ditadura militar. Uma época demasiada importante para a história do país, pois a política brasileira buscava se reestruturar da fase da repressão, perseguições e torturas que atingiu a população durante a ditadura (PINTO, 2003, p. 67).

Na perspectiva de Narvaz (2009, p. 45) esta terceira vertente se apresentou da seguinte maneira

Esta terceira vertente, que denunciava radical e veementemente a opressão masculina como estruturante das desigualdades de gênero, sobretudo, nas relações de trabalho, contrastava com o feminismo sufragista, liberal e estrategicamente “bem comportado” da primeira vertente protagonizada por Bertha Lutz. As anarquistas e comunistas feministas destacavam que a opressão das mulheres não ocorria da mesma forma entre diferentes sujeitos quer fossem homens, negros ou mulheres.

Assim a partir da terceira fase do movimento feminista, no ano de 1980, surgiu a palavra gênero, utilizada pelas feministas que buscavam inserir a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo”, como uma questão biológica, mas era definida pelo “gênero” e, portanto, ligadas a cultura (PEDRO, 2005, p. 78). Foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada.

Desse modo as fases vivenciadas pelo feminismo impulsionaram o protagonismo das mulheres no Brasil, visto que contribuiu consideravelmente para a inserção da mulher no espaço público (fora do lar), antes restrita ao espaço privado (dentro do lar), a partir do momento que estas lutaram pelo direito à cidadania para tentar superar a dominação masculina, nos mais diversos espaços sociais, especialmente na família e no trabalho, nos quais presenciamos relações assimétricas, em que a mulher assume o trabalho de cuidar da casa e dos filhos.

As relações assimétricas podem ser entendidas a partir do princípio da divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat (2007) este princípio é decorrente das relações sociais entre os sexos, é fator prioritário para a sobrevivência desta relação social. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Ela se divide em dois princípios organizadores: o princípio

da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).

Na perspectiva das autoras os princípios da separação e da hierarquia se apresentam da seguinte forma:

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Desse modo, as funções sociais determinam os lugares de gênero, nos quais homens e mulheres possuem atribuições moldadas histórica e socialmente. Para a mulher, o trabalho doméstico, o espaço privado, aquele destinado ao cuidado dos filhos e das atividades mantenedoras da casa, para o homem o espaço público, visível e produtivo.

Logo tanto o trabalho doméstico quanto o cuidado dos filhos é visto como algo inerente e/ou inato à condição de ser mulher, pois esta realidade coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar mais relevante. Segundo Di Sabbato (2009, p. 18) essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado e afeto.

Por conseguinte, a reconstrução das categorias pública e privada deve ser posta em questão, pois segundo Matos (2000) “os limites entre o público e privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos”. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher.

Ou seja, com as novas tendências de abordagem histórica, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas históricos, emerge nesse contexto uma abertura e a descoberta do político no âmbito do cotidiano das mulheres, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade; o funcionamento da família; o papel da disciplina e das mulheres; o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos (MATOS, 2000, p. 11).

Assim, os diversos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, com o deslocamento do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e

do cotidiano. É nesta perspectiva que centramos as discussões propostas nesse estudo, uma vez que buscamos politizar o privado, dar visibilidade as atividades realizadas pelas mulheres no lugar onde elas estejam inseridas, o universo pesqueiro artesanal.

De acordo com Matos (2000) o avanço das abordagens que incorporam a análise do gênero inserido num contexto permeado por tensões e confrontos, os estudos desenvolvidos pelos historiadores a partir da perspectiva de gênero vêm buscando recobrar o pulsar na história, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias.

Esta compreensão também se faz presente neste trabalho ao buscarmos trazer para o debate político as relações de gênero na pesca artesanal, tornar visíveis as atividades realizadas pelas pescadoras artesanais.

Estudos realizados pela Fundação Carlos Chagas - FCC (2010) apontam que as áreas onde se concentram maior número de trabalhadoras são:

- Alojamento;
- Educação;
- Saúde e serviços pessoais;
- Serviços domésticos;
- E, outros serviços que incluem coletivos e sociais, o que pode indicar segmentação quanto às áreas de atuação profissional de homens e mulheres.

Os dados da FCC (2010) ainda apontam que os conjuntos ocupacionais em que as mulheres estão presentes se encontram divididos da seguinte forma:

- Fonoaudiólogas 96%;
- Nutricionistas 94%;
- Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos 92%;
- Assistentes Sociais e Economistas domésticos 91, 3%;
- Professoras de nível superior do ensino fundamental de 1ª a 4ª série (82,5%);
- Técnicas em biblioteca 77%;
- Cozinheiras 72,5%;



Naqueles grupos, em que, entre 50 e 69% dos empregos são femininos, foram apontadas profissões tradicionalmente femininas, como:

- Profissionais de Recursos Humanos 69,9%;
- Técnicos e auxiliares em patologia clínica 68,89%;
- Farmacêuticos 68,2%;
- Técnicos de apoio à biotecnologia 67,7%;
- Supervisores na confecção do vestuário 67,3%;

Entre os nichos ocupacionais em que menos de 30% dos empregos são femininos, ou seja, a presença dos homens se dá de forma mais expressiva, as mulheres se fazem presentes entre outros junto:

- Montadores de Aparelhos de telecomunicações 29,8%;
- Produtores agrícolas na olericultura 29,6%;
- Técnicos Florestais 29,6%;
- Supervisores na confecção de calçados 29,6%;
- Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins 29,5%;

Por fim, ainda neste grupo, as atividades que as mulheres se fazem menos presentes evidenciam-se:

- Bombeiros 4%;
- Mecânico manutenção de máquinas industriais 3,6%;
- Pescadores 3,3%;
- Motociclistas e ciclistas de entrega rápida 2,0%;
- Mecânico de manutenção de veículos automotores 1,6%;
- Motoristas de veículo de carga em geral 0,7%;

Esses dados revelam que as pecadoras ainda são minoria na representação da categoria, podemos considerar que essa realidade também contribui para (in)visibilidade destas na pesca artesanal.

Nesse sentido na próxima seção abordaremos o significado do conceito de gênero, pois se faz necessário para a compreensão das relações de gênero que permeiam a atividade pesqueira. Destarte, para compreendê-lo revisitamos a literatura a fim de apontar as discussões sobre gênero.

## 2.1 Gênero: uma história para além de um conceito

Esta seção versa sobre o significado do conceito de gênero, pois este se apresenta como uma categoria indispensável neste estudo. Para tanto se faz necessário compreender as relações de gênero, ou seja, quais os lugares que homens e mulheres ocupam nas relações sociais bem como as concepções do que compete ao homem e a mulher na sociedade. Para assim compreender as questões de gênero na pesca artesanal, principalmente, a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres.

Segundo Helborn e Sorj (1999) o termo gênero surgiu como objeto de estudos no Brasil a partir de 1980 por meio das acadêmicas feministas quando observaram a substituição gradativa dos termos mulher e feminismo, categorias empíricas com enfoque descritivo, pelo termo gênero, conceito útil para uma análise histórica e cultural, como bem abordou Scott em sua obra divulgada no ano de 1986.

Estas autoras concebem as relações de gênero a partir de análises sociológicas pautadas na concepção de papéis sociais, pois reconhecem que os indivíduos se constroem por intermédio da vida social.

No entanto neste trabalho adotamos a compreensão do conceito de gênero a partir da perspectiva cultural e histórica de Scott, pois esta o relaciona ao fator cultural, uma vez que o conceito exerce influência no comportamento de homens e mulheres nos diferentes lugares onde estão inseridos.

Scott (1990) introduziu uma abordagem analítico-crítica para a compreensão do termo, para tanto adotou a interpretação histórica, área de sua atuação, para desvelar como o gênero pode ser compreendido como uma relação construída socialmente, cujas práticas sociais e visão de mundo dos sujeitos são reproduzidas dentro de uma estrutura social.

“O gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder. Ou seja, o gênero é um primeiro campo, no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado”. (SCOTT, 1990, p. 16). Esta concepção da autora foi influenciada pelo filósofo francês Michel Foucault, que considera que as significações de gênero são construídas pelo poder atribuído ao sexo feminino e masculino, em que de acordo com Scott (1990, p. 18) “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado”.

Na perspectiva de Foucault (1979, p. 183) o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. Para o autor o poder se reproduz em rede, ou seja, ele é relacional, nunca é exercido pelo sujeito, pelo contrário, o poder passa por ele por meio de símbolos, gestos, discursos e desejos que funcionam como redes de transmissão que emitem os efeitos do poder.

O poder articulado à dominação masculina legitima a concepção da pesca como uma atividade tradicionalmente masculina, pois é no espaço público que o homem reproduz este poder por meio de símbolos, discursos e gestos.

Scott (1990) ainda considera que inserir o debate sobre as relações de gênero, com enfoque para as mulheres, representou para a história a abertura de um novo campo de estudos como também uma nova história. Com base nisto a autora abordou como a categoria passou a ser objeto de análise entre as feministas americanas, uma vez que, foram estas que começaram a utilizá-la num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.

As feministas insistiram em realizar uma abordagem social sobre gênero, para além das distinções biológicas entre homem e mulher, pois estas questionavam a produção de estudos femininos centrados nas mulheres, feitos de maneira estreita e separada, para tanto utilizaram o termo gênero para introduzir uma noção relacional para o campo analítico. Estas concebiam que as mulheres e os homens eram definidos de forma recíproca e nenhuma compreensão de um deles podia ser feita por um estudo separado (SCOTT, 1990, p. 05).

A autora esclarece que nos estudos sobre as relações de gênero as/os historiadoras/es dividem suas abordagens em duas categorias: a primeira é essencialmente descritiva, sem levar em consideração as causas para explicar a existência dos fenômenos e a segunda é de ordem causal, pois elaboram teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades para conhecer os fatores que determinam o aparecimento dos fenômenos.

Esta ordem causal explicativa da natureza dos fenômenos se articula com o objetivo deste estudo ao buscar identificar e analisar por que as atividades desempenhadas pelas pescadoras ainda carece de visibilidade? Por que na história elas estão ocultas?

De acordo com Louro (1995, p. 103) uma compreensão mais ampla de gênero exige refletir sobre o processo dinâmico de construção das práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade. Na concepção da autora deve-se apreender o papel das instituições sociais (a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero), pois contribuem na formação, socialização e educação dos sujeitos.

Na perspectiva de Sousa (2013, p. 04-05) o gênero foi criado para distinguir a dimensão biológica, esclarecendo que, embora haja machos e fêmeas o comportamento masculino e feminino é instituído pela cultura<sup>20</sup>. Ou seja, o conceito de gênero constitui uma categoria histórica e sociocultural, pois sofre influências do momento histórico e da sociedade em que se encontra. Destarte a perspectiva cultural atribui significado as relações de gênero como uma construção social, influenciadas pelo contexto histórico e pela maneira de pensar dos sujeitos.

Além disso, denota a forma como as relações entre homens e mulheres assumem determinados lugares, seja na família, no trabalho, na produção científica ou em outros espaços públicos e privados. Portanto, as relações de gênero estruturam as relações sociais, tentam desmistificar as lacunas existentes nas distinções biológicas entre o sexo feminino e masculino.

Scott, no ano de 2012, publicou um trabalho cujo propósito foi revisitar os usos e abusos do gênero, no qual desenvolveu suas análises sob a seguinte interpretação: “discussões intensas da intraduzibilidade do termo haviam dado lugar ao seu frequente uso – seja em inglês, seja como neologismo nas várias línguas do mundo – e a sua aceitação por órgãos nacionais e internacionais sob a qual estão reunidas estatísticas sobre a situação das mulheres usualmente em comparação com as dos homens era um sinal, tanto do seu impacto transformador quanto da sua suscetibilidade de recuperação” (SCOTT, 2012, p. 327-328).

---

<sup>20</sup> O termo “Cultura” carrega em si uma grande complexidade e pode ser entendido desde a sua relação com a natureza, até mesmo ao mais alto grau de produção intelectual humana. Muitas discussões foram desenvolvidas por teóricos das mais variadas áreas de conhecimento, mas até o presente momento não há apenas um conceito para o que seja “cultura”. De acordo com Geertz (2008, p.32) “a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento, costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, mas como um conjunto de mecanismos de controle: planos, receitas, regras, instruções, para governar o comportamento”.

O estudo apresenta uma discussão sobre as diversas abordagens e significados que o gênero assumiu ao longo do tempo, sobretudo, a partir de 1970, quando Scott publicou a sua primeira obra “Gênero: uma categoria útil de análise”. Segundo Scott (2012) ao publicizar essa obra o sentimento envolvido era de satisfação, pois este seria útil para as/os historiadoras/es, mas também havia um sentimento de tédio, visto que para ela o assunto já tinha se exaurido, ou seja, as questões sobre gênero já estavam resolvidas.

No entanto, com a publicação de um manual elaborado na França, país no qual Scott desenvolve seus estudos, destinado a estudantes para os exames de bacharelado em ciências biológicas e aprovado pelo Ministério da Educação incluiu uma unidade em biologia humana intitulada “Devenir Homme ou Femme” (Tornar-se homem ou mulher) que políticos, pais, educadores e católicos censuraram.

Assim, os significados que o conceito vem assumindo ao longo do tempo se apresentam de maneira múltipla e conflituosa, que segundo Scott (2012) o gênero em vez de tornar-se mais claro se tornou mais impreciso, o lugar de contestação, um conceito disputado na arena política.

Scott (2012, p. 332) ainda considera que os debates sobre gênero revelam que parece não haver um único lugar no qual este possa confortavelmente ou finalmente repousar, pois são debates essencialmente políticos que desvelam a maneira pela qual as relações sociais entre homem e mulheres foram construídas, e como estes ocupam seus lugares nesta relação, buscando revelar suas contradições e instabilidades.

Maneschy *et al* (2012) salientam que, historicamente os padrões definidores das identidades sofrem alterações, uma vez que vivemos em uma dinâmica acelerada de transformações nas diversas esferas da vida social. Por outro lado, como argumenta Fraser (2006) “nas sociedades contemporâneas o gênero continua sendo um eixo de “injustiça socioeconômica e cultural”, pois ainda define a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo”.

Em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo, a pesca por ser concebida como uma atividade masculina se configura como uma atividade produtiva, adequada à função do homem responsável pela geração de renda e pelo trabalho pesado, por isso não é destinada às mulheres. O trabalho da mulher se apresenta como reprodutivo destinado a procriação, constituição e cuidado da família. No entanto, buscamos extrapolar o lugar da mulher no contexto privado e inseri-las no espaço público, a fim de visibilizar que também são sujeitos da história no espaço público, visível e político.

Desse modo o conceito de gênero tem dimensões econômicas e políticas, porque é um princípio estruturante básico da economia política. Visto que, por um lado, gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” não remunerado, o que atribui às mulheres a responsabilidade primordial deste último.

A respeito da desvalorização do trabalho feminino, Fraser (2006, p. 234) argumenta que

A desvalorização do trabalho feminino se expressa numa variedade de danos sofridos pelas mulheres, incluindo: a violência, a exploração sexual, a violência doméstica generalizada, as representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes na mídia, o assédio e a desqualificação em todas as esferas da vida cotidiana e a sujeição às normas androcêntricas que fazem com que as mulheres pareçam inferiores ou desviantes, o que contribui para mantê-las em desvantagem.

Nesse sentido essa desvalorização está intimamente ligada à falta de reconhecimento das atividades que realizam e as desigualdades de gênero existentes entre homens e mulheres, uma vez que há uma legitimação cultural que fazem com que as mulheres pareçam subordinadas aos homens.

Na próxima seção apresentaremos o conceito de divisão sexual do trabalho enquanto reprodutor das desigualdades de gênero, pois esta divisão atrelada às relações de gênero delimita os lugares sociais adequados aos homens e mulheres.

Esta discussão se faz necessária para este estudo uma vez que possibilitou compreender quais os lugares de gênero que as pescadoras reproduzem na atividade pesqueira.

## 2.2 A divisão sexual do trabalho enquanto reprodutor das desigualdades de gênero

Nesta seção propomos compreender as razões por quais determinadas atividades são voltadas às mulheres diferentemente das atividades destinadas aos homens, faz-se necessário esclarecer o conceito de divisão sexual do trabalho, que por sua vez, se apresenta como mecanismo reprodutor das desigualdades de gênero, pois delimita os lugares que homens e mulheres ocupam em determinadas atividades.

Segundo Bourdieu (2005, p.17) a divisão sexual do trabalho se apresenta da seguinte forma:

Ela está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus*, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isso porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbitrário como se fosse natural.

Para o autor a lógica desta divisão perpassa sistemas de comunicação, percepção e ação, pois envolve estruturas objetivas e cognitivas que permitem o funcionamento da ordem social.

A gênese dos estudos a respeito da divisão sexual do trabalho deu-se início em 1970, especificamente na França, sob o contexto do movimento feminista que impulsionou a produção teórica sobre o tema em três áreas do conhecimento, Etnologia, Sociologia e História (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597).

A partir da organização do movimento feminista, as mulheres buscaram dar voz as suas angústias e opressões, para tanto se uniram para reivindicar pelos seus direitos, o que contribuiu para a constatação de que uma grande parcela que constitui o mundo do trabalho é formada gratuitamente pelas mulheres.

De acordo com Schneider e Silva (2010, p. 189) na categoria de agricultores familiares, onde as pescadoras encontram-se enquadradas<sup>21</sup>, o trabalho familiar mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de hortas, ervas medicinais e pequenas criações.

O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são concebidos como algo inerente e/ou inato à condição de ser mulher, pois esta realidade coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar mais relevante. Essas concepções também se articulam em outras esferas, tais como: escola, família, dentre outras. Traduzem os símbolos culturais que marcam as práticas sociais dos sujeitos, e revelam que nenhuma concepção é neutra, pelo contrário é carregada de significados morais e culturais que interagem na construção do pensamento humano sobre o mundo.

---

<sup>21</sup> A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, que estabelece como beneficiários: os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

Hirata e Kergoat (2007) argumentam que inicialmente a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas: no entanto, essa articulação tornou-se insuficiente, o que levou as autoras a pensarem em outro nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e das mulheres.

Essa foi à origem que as francesas chamaram de “relações sociais de sexo”. Ainda segundo as autoras esse duplo movimento ocasionou a proliferação de trabalhos que adotaram a abordagem da divisão sexual do trabalho para repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido.

Para tanto abordamos a perspectiva de Hirata e Kergoat (2007, p. 599) a respeito da divisão sexual do trabalho em que a definem como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. A pesca, por sua vez, se insere nesta divisão sexual do trabalho por ser uma atividade tradicionalmente voltada para o homem.

Segundo Schneider e Silva (2010) o trabalho das mulheres nas agroindústrias é de grande importância, porém não é reconhecido como produtivo, e sim como uma extensão das atividades do lar, visto que para melhor gerenciar as atividades domésticas, elas costumam realizar o trabalho dentro de casa. Esta realidade se associa com o trabalho das pescadoras, devido às inúmeras atribuições nas atividades domésticas, como o cuidado da casa e dos filhos, o trabalho que elas realizam na pesca é voltado para o beneficiamento do pescado (limpar e/ou tratar o peixe), em que na maioria das vezes é feito dentro de casa como uma atribuição inerente à mulher, pois é ela quem cuida do espaço doméstico.

Essa ideologia naturalista explica a consideração das mulheres como um recurso inesgotável para suprir as necessidades do cuidado e por uma característica “natural” das mulheres: a conciliação de várias atividades de trabalho em oposição aos homens que necessitam de lazer e descanso para refazer suas forças.

Além disso, as mulheres vivem em um constante dilema por redistribuição e reconhecimento, lutam pelo fim da divisão sexual do trabalho, como também reivindicam reconhecimento (visibilidade) pela sua condição de ser mulher, e, portanto pelo respeito a sua dignidade em diversos espaços. Esses dois conceitos, muitas vezes, parecem ser contraditórios, mas para Fraser (2006) são conceitos que se complementam.

Na concepção da autora as mulheres são acometidas por dois tipos de injustiças: a cultural, uma vez que estas buscam o fim da sociedade patriarcal que as subordinam ao poder do homem, como também a injustiça econômica, pois buscam melhores condições de trabalho



com salários bem remunerados como também a abolição da divisão sexual do trabalho, visto que esta define de maneira estereotipada as atividades destinadas aos homens e as mulheres.

Portanto, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho faz-se relevante neste estudo, pois nos permitiu compreender que as atividades realizadas pelas pescadoras são delimitadas em consonância com a condição de serem mulheres, ou seja, o preparo e beneficiamento dos peixes bem como a organização dos utensílios de pesca são atividades específicas destas.

Na seção seguinte apresentamos a discussão sobre os lugares de gênero no contexto da pesca artesanal. Quais as atividades que as mulheres realizam na pesca artesanal? Como a divisão sexual do trabalho se legitima como um marcador cultural delimitando os papéis sociais realizados por homens e mulheres nas atividades?

### 2.3 As relações de gênero na pesca artesanal

Nesta seção apresentamos a revisão da literatura sobre as atividades realizadas pelas mulheres na pesca artesanal. Desse modo compreendemos os lugares que ocupam na atividade e como as questões de gênero articuladas ao princípio da divisão sexual do trabalho contribuem para a (in)visibilidade.

A pesca artesanal no Brasil possui numerosas e complexas características que levam em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada região (SILVA, 2014, p. 05). Desse modo a atividade pesqueira é realizada de diferentes formas, visto que também se leva em consideração o tempo histórico e as condições naturais em que cada uma se desenvolve.

Segundo Silva (2014) sua definição se baseia que esta é uma atividade oposta à pesca em larga escala, que utiliza metodologias sofisticadas com pesados investimentos, por outra perspectiva, a pesca artesanal é vista como uma atividade caracterizada pela baixa produtividade e taxa de rendimento. Esta atividade caracteriza-se pelo trabalho pouco mecanizado, pois utiliza como meio de sua realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano.

Em termos quantitativos o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (2009) constatou que existem 833.205 pescadores e pescadoras profissionais com Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP<sup>22</sup> do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Ainda revelou que

---

<sup>22</sup> O decreto nº 8.425 de 31 de março de 2015 regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade

a região nordeste concentra o maior número de pescadores, com 386.081, que representa 46,3% do total do país, seguida da região norte, com 266.476 (31,9%). Essas duas regiões abarcam um considerável número de pescadores profissionais no país, o que corresponde a 78,3% do universo total.

O Boletim também levou em consideração as questões de gênero, e apresentou que 64% (526.894) dos pescadores registrados no RGP são do sexo masculino, e 36% (306.311) do sexo feminino. Essa disparidade de gênero entre o número de pescadores e pescadoras que realizam a pesca pode contribuir para legitimação da atividade como tradicionalmente masculina.

De acordo com Zacarkim *et al* (2015) “no Brasil a pesca artesanal desempenha uma papel fundamental na produção de peixe, representando 60% dos desembarques continentais”. Uma grande proporção, aproximadamente 40%, de pescadores artesanais do Brasil se encontra na região norte, particularmente nos estados do Pará e Tocantins, que são 223.501 e 6.263 pescadores e pescadoras, respectivamente. Isso revela que há um relevante contingente de pescadores e pescadoras artesanais que fazem da atividade pesqueira uma fonte de renda e subsistência. Em termos percentuais isto equivale a 0,45% dos pescadores artesanais presentes no estado tocaninense.

No tocante à regulamentação jurídica<sup>23</sup> da pesca artesanal no Brasil somente no ano de 2003 foi objeto de regulamentação específica. Até então, os pescadores artesanais eram considerados profissionais<sup>24</sup>, mas a definição de pescador era menos abrangente.

Com a instauração desta regulamentação, são considerados pescadores artesanais os equiparados os profissionais de toda a cadeia produtiva, de forma autônoma ou em regime de economia familiar.

---

pesqueira e para concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. O art. 1º decreta: O RGP é o instrumento prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil. 2º A atividade pesqueira no Brasil só poderá ser exercida por pessoa física, jurídica e embarcação de pesca inscrita no RGP e que detenha autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm) Acesso em: 28 maio 2015.

<sup>23</sup> Previsão pela Lei n.10.779/2003 – Lei que regulamenta o seguro desemprego ao pescador artesanal durante o período do defeso. Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

<sup>24</sup> Definição prevista pela Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, o pescador profissional é a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

Segundo os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2014) um em cada 200 brasileiros são pescadores artesanais. Considerada uma das atividades mais tradicionais do Brasil, a pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. Os dados do RGP estimam que existe hoje no Brasil quase um milhão de pescadores e pescadoras artesanais. Aproximadamente 45% de toda a população anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal.

O cadastro no RGP é condição prévia e necessária para que o pescador e a pescadora profissional artesanal comprove sua atividade pesqueira, e usufrua dos benefícios assegurados à categoria, dentre estes os direitos previdenciários (aposentadoria) e trabalhistas (seguro desemprego no tempo de defeso) regulamentados pela política da Previdência Social<sup>25</sup>.

Dessa forma, em relação à relevância econômica e social da pesca artesanal Leitão e Inácio (2012, p. 179) argumentam que:

Somando-se a importância do potencial produtivo da pesca artesanal, que conta com grandes possibilidades de expansão de suas atividades, deve-se levar em conta, também, o papel dos pescadores e pescadoras enquanto grandes mantenedores e criadores de hábitos e tradições culturais que possuem grande valor social para o fortalecimento e preservação da cultura nacional.

Devido a esta relevância para a subsistência das famílias brasileiras, ressaltamos a importância dos trabalhadores e trabalhadoras que realizam a atividade pesqueira. Embora exista esta relevância um grupo de trabalhadores ainda é pouco reconhecido, as pescadoras.

A inserção da mulher na atividade pesqueira ocorreu no final da década de 1980, quando o movimento feminista se mobilizou em prol dos direitos sociais e políticos das

---

<sup>25</sup> A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 assegura que a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar os seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Parágrafo 7º estabelece que o segurado especial é: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: produtor, seringueiro ou extrativista vegetal e pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca habitual ou principal meio de vida; e cônjuge ou companheiro, bem como filho de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, que comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento econômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. Para serem segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos ou a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm) Acesso em: 28 maio 2015.

mulheres e inseriu no debate político a mudança da ótica das análises – da questão da mulher para a questão das relações de gênero (MAUÉS, 1999, p. 379).

Nesse sentido cresceu o número de estudos abordando o setor pesqueiro sob uma perspectiva de gênero indicando que esse é fundamental para se entender como homens e mulheres participam da pesca e vivenciam os riscos ligados às recentes mudanças do setor (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p.713).

De acordo com Maués (1999) a pesca (em sua definição êmica - termo utilizado pela antropologia para descrever categorias e valores internos próprios às sociedades) no país, se configura como uma atividade tradicionalmente exercida pelos homens e, mais do que isso, sempre pensada pelos próprios membros das comunidades pesqueiras, como um domínio masculino.

Sobre os estudos que abordam a perspectiva de gênero na pesca artesanal encontramos o de Cavalcanti (2010) realizado em comunidades pesqueiras da foz do rio Goiana no estado de Pernambuco. O autor buscou mostrar qual o papel das mulheres pescadoras e marisqueiras das comunidades que estão circunscritas a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, para tanto analisou as esferas do trabalho e da política em que elas estão se inserindo mostrando a importância das ações dessas mulheres na reprodução social das comunidades.

No entanto ressaltamos que o estudo realizado por Cavalcanti (2010) traz a vivência das marisqueiras no trabalho com a pesca, esse grupo de mulheres é tradicionalmente encontrado nas regiões com manguezais como na região Nordeste, o que difere da realidade da região Norte.

Também encontramos o estudo realizado por Soares e Scherer (2012) na comunidade Cristo Rei, no estado do Amazonas, que identificou os lugares de gênero que as mulheres ocupam na pesca artesanal. O estudo apontou que as mulheres da comunidade realizam a pesca e tem participação direta em todo o processo que envolve a atividade desde a confecção dos instrumentos até a captura do pescado.

As práticas cotidianas observadas no trabalho de campo e os relatos nas entrevistas evidenciaram que as pescadoras da comunidade vêm aos poucos rompendo com a invisibilidade na pesca, universo descrito eminentemente como masculino, pois as mulheres buscam assegurar o seu lugar num mundo masculinizado: o setor pesqueiro artesanal.

Na perspectiva de Maneschy *et al* (2012, p. 717) a falta de reconhecimento não significa dizer que a pesca artesanal não exprime relevância, mas que trata-se das relações de gênero como princípio estruturante da sociedade.

Inácio e Leitão (2012, p. 173) mencionam as restrições que as mulheres sofrem no exercício da cidadania profissional

A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Ou seja, inclui várias atividades que são desenvolvidas pelas mulheres, mas que ainda não foram incorporadas pelos presidentes de colônia como ações legitimadas na cadeia produtiva da pesca. Assim, pese a legislação vigente, ainda sofrem uma série de restrições para o exercício pleno da cidadania profissional.

Essas restrições contribuem para a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres, visto que se não há legitimação do trabalho que exercem não há reconhecimento da importância que assumem para o desenvolvimento do setor pesqueiro. No capítulo a seguir apresentaremos os resultados e análises da pesquisa realizada na COPEMITO.

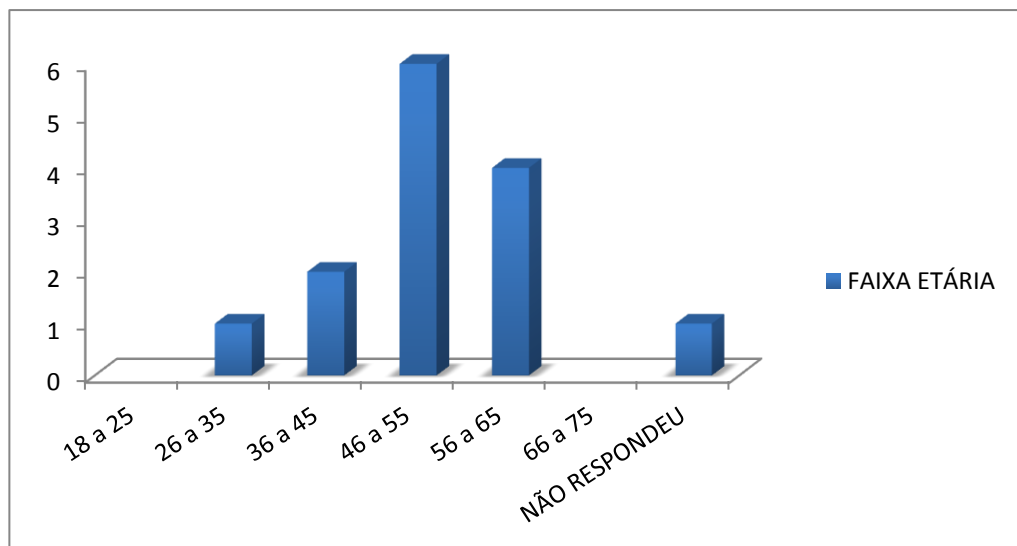
### CAPÍTULO 3 – ATIVIDADE PESQUEIRA NA COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E TOCANTÍNIA: UMA REALIDADE FEMININA

Este capítulo traz os resultados e análises da pesquisa realizada na sede da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – COPEMITO, localizada na Rua: Doutor Francisco Aires, nº 569.

As informações obtidas por meio da aplicação dos questionários junto aos pescadores e pescadoras subsidiaram a construção de gráficos, relevantes para nosso estudo, pois possibilitou caracterizar e analisar o perfil socioeconômico das pescadoras, a saber: Quem são? Onde estão? O que fazem? De onde são? E qual o nível de instrução das pescadoras associadas à COPEMITO?

Com base nisto apresentamos a gráfico 1 referente à faixa etária das pescadoras da COPEMITO, conforme podemos observar a seguir.

**Gráfico 1** - Faixa etária das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

A partir da leitura dos dados, percebemos que 6 (seis) pescadoras tem entre 46 a 55 anos, o que corresponde a 42, 85%. Deste modo, identificamos que o conjunto de pescadoras, em sua maioria, é composto por mulheres adultas. Esse dado possibilitou analisar que as

mulheres ingressaram na pesca ainda crianças, porque seguiram uma trajetória familiar, algo tradicional na atividade pesqueira.

Assim podemos perceber na fala de Ercivane, quando perguntamos sobre o momento de sua inserção na pesca:

*Eu comecei com uns três anos quatro anos de idade meu pai me levava para beira do rio lá na roça, na fazenda, aí eu comecei a pescar com ele, que me ensinou meu pai já é falecido já eu tô com 49 anos acho que tem uns 40 a 39 anos que eu pesco, mas que eu vim mesmo com minha carteirinha e assinar minha carteirinha mesmo foi agora depois da colônia...<sup>26</sup>*

Na fala de Ercivane, identificamos que sua participação na pesca foi iniciada pelo seu pai, quando acompanhava ainda criança na atividade. Pode-se perceber que pais, avôs, tios e tias, irmãos e irmãs, filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas envolvem-se na pesca, cujas relações de parentesco movem a atividade desde antiguidade. Segundo Cardoso (2011, p. 46) “a iniciação na pesca perpassa vários níveis de parentesco e as teias de relações que se estabelecem nas comunidades pesqueiras são fundamentais para a socialização das pessoas no contexto da atividade”. O ingresso na atividade pesqueira pode retratar a situação de pobreza enfrentada por inúmeras famílias que veem na pesca uma alternativa para obtenção de renda e subsistência.

Essa realidade vem ao encontro da interpretação feita por Lima *et al* (2012) ao considerar que pescadores e pescadoras que têm a pesca como sua principal atividade econômica de subsistência geralmente apresentam longo tempo de dedicação, visto que o tempo de pesca varia consideravelmente. Na fala da Ercivane foi possível perceber que o seu tempo de atuação na pesca é de 40 anos, pois desde criança participava das atividades com seu pai. Também evidenciamos que o reconhecimento de sua atividade como profissional somente foi possível após sua inserção na colônia de pescadores e pescadoras. Desse modo a organização social das colônias foi um marco para que pescadores e pescadoras fossem reconhecidos como uma categoria profissional.

Quando perguntamos a Ercivane sobre sua associação na colônia, ela nos respondeu que:

*Desde o início quando a colônia chegou aqui eu já tinha minha carteirinha já tinha feito minha carteira já tinha recebido a carteira aí foi que me*

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Ercivane Pereira Campos, pescadora, união estável, 49 anos, no dia 08/09/2015, às 22h00min, em sua residência no município de Miracema do Tocantins/TO.

*falaram que tava tendo a colônia aí eu peguei e entrei nela aí foi vista minha carteira né...*<sup>27</sup>

De acordo com Cardoso (2001) as primeiras ações voltadas para a criação das colônias de pescadores surgiram mediante uma ação imposta pelo governo brasileiro que visava atender aos seus interesses políticos. Somente após o advento da Constituição Federal de 1988 essas colônias assumiram o status de organização sindical independente, seguindo os mesmos princípios de organização dos sindicatos urbanos e rurais.

No que diz respeito à criação da COPEMITO, sua história apresenta uma caminhada trilhada pelos pescadores dos municípios supracitados, que desde 1996 enfrentaram inúmeras barreiras para a realização de suas atividades pesqueiras. A princípio, por parte dos órgãos de fiscalização em consequência da ausência de adequação a legislação federal sobre a pesca. Essas dificuldades foram minimizadas com a regulamentação da atividade pesqueira, marco legal que possibilitou a aquisição de carteirinhas por parte dos pescadores e pescadoras profissionais. A partir do ano de 2004 organizaram-se em prol de concretizar a efetivação da criação de uma associação reconhecida legalmente para o exercício e valorização da categoria profissional.

A COPEMITO tem 120 pescadores e pescadoras associadas, sendo 28 (vinte e oito) mulheres e 92 (noventa e dois) homens. As reuniões com as pescadoras associadas à colônia ocorrem na segunda terças-feiras de cada mês, no horário das 14:00 horas. Os assuntos discutidos são relacionados aos direitos femininos, aprimoramento da atividade pesqueira e ações voltadas para a organização e infraestrutura da colônia. Em relação às reuniões com os pescadores, estas também ocorrem no mesmo dia das pescadoras, porém o horário é às 19:00 horas. Cabe ressaltar que nas reuniões que acontecem à noite todos e todas podem participar, ou seja, não se restringe apenas aos pescadores.

No ano de 2005, os/as pescadores e pescadoras começaram a receber as carteiras de registro profissional por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, da Presidência da República – SEAP/PR. Segundo Alencar e Maia (2011) o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP foi instituído no ano de 1967 por meio do Decreto – Lei nº 221, sendo administrado pelo MPA. Esse registro é responsável pelo armazenamento de dados básicos de todos/as aqueles/as que exercem atividades relacionadas à aquicultura e a pesca no contexto brasileiro.

---

<sup>27</sup> Entrevista citada.



As carteiras são emitidas para os que declaram ser pescador ou pescadora profissional, ou seja, que exerce a atividade para fins comerciais, conforme os preceitos legais que regulam a pesca artesanal.

Quando perguntamos a Ercivane sobre os benefícios que a carteira de pescador e da pescadora trouxe para o exercício de sua atividade, ela nos respondeu:

*O benefício da piracema que a gente (eu e meu companheiro) já recebe por ano, recebe todo ano no final do ano um salário por cada quatro meses. Esse benefício é beneficente pra gente pagar a canoa que a gente não pode gastar esse dinheiro tem que guardar pra pagar a canoa. A piracema é muito difícil a gente viver sem pescar porque a piracema é quatro mês de piracema e aí quando a gente passa esses quatro mês menina, uma cansa uma vontade de pescar que Deus me livre dá vontade d ir pro rio e não pode por causa do salário que a gente recebe e se a gente for pescar a gente se enrola aí é muito difícil no período da piracema pra gente é muito difícil que pra quem vive da pesca aí não tem como achar bom não acha ruim mesmo...<sup>28</sup>*

Desse modo, a carteira além de permitir o exercício legal da pesca também viabiliza o acesso do pescador e pescadora a alguns benefícios sociais, como: microcrédito, assistência social e o seguro desemprego, pago nos meses do período do defeso (BRASIL, 2014).

Por meio da narrativa foi possível inferir que mesmo recebendo o seguro desemprego durante o tempo do defeso, a pescadora sente dificuldades em ficar sem pescar, quando fala que os quatro meses que tem que ficar em casa, dá uma cansa e uma vontade de pescar. Dessa forma pode-se entender que a pesca assume uma relevância para o lazer e subsistência da família, pois ao realizarem a atividade somente nos finais de semana reúnem-se com amigos e familiares para partilharem de momentos de descontração, no acampamento, onde ficam alojadas às margens do rio.

No período do defeso, as pescadoras se inserem em outras atividades ligadas, principalmente, à agricultura. Geralmente, plantam, cultivam hortaliças e fazem faxinas nas casas. Os homens fazem “bicos”, serviços informais e temporários, na maioria das vezes, como ajudante de pedreiro. Cabe ressaltar que, para receber o benefício durante o período da piracema (seguro defeso), o pescador ou pescadora profissional artesanal não pode possuir nenhum tipo de vínculo empregatício formal (carteira de trabalho devidamente assinada).

Logo, identificamos na fala de Antônia quando perguntamos sobre suas atividades além da pesca, respondeu:

---

<sup>28</sup> Entrevista citada.

*Eu faço sim eu mexo com horta eu planto vários tipos de hortaliça de fruto, de folha, a pesca é a minha principal atividade com a pesca. Com a pesca é na faixa de meio salário, meio salário não um salário mínimo e complemento com a horta né acho que dá na faixa de mil e pouco...<sup>29</sup>*

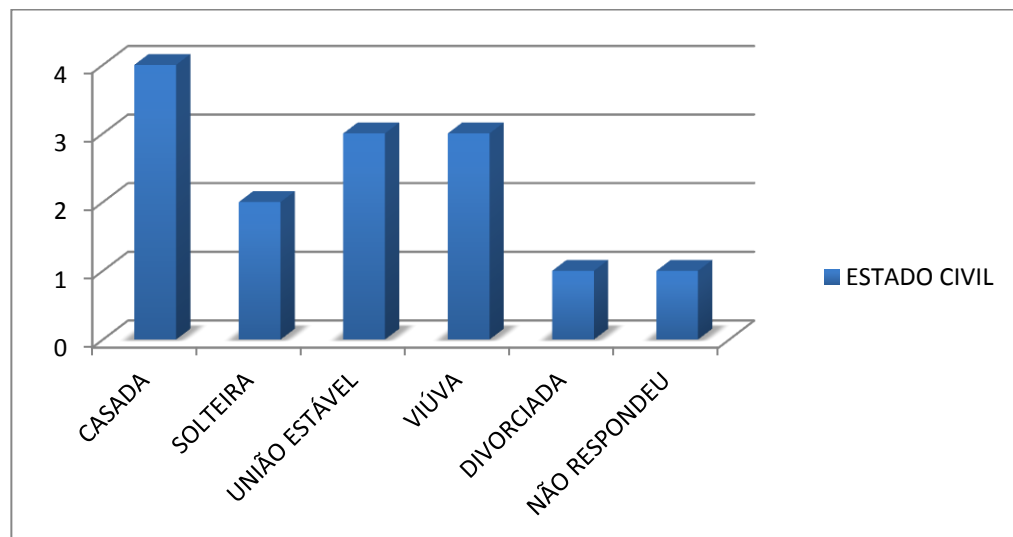
Madalena, sobre as atividades que realiza além da pesca, também nos respondeu que:

*Eu faço faxina porque ultimamente só a pesca não tá dando né aí tem que caçar outros meios...<sup>30</sup>*

A partir das narrativas das pescadoras, podemos inferir que, o que chamam de “bico” e/ou atividade secundária para complementar a renda da atividade pesqueira, assume o lugar de principal atividade, pois garante o sustento diário de suas famílias. A pesca, por sua vez, é uma atividade secundária, porque além de ser realizada somente nos finais de semana, a renda proveniente é insuficiente para suprir as necessidades diárias da família.

No gráfico 2 apresentamos o estado civil das pescadoras.

**Gráfico 2** – Estado civil das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Antônia Lúcia Barreiro, pescadora, divorciada, 45 anos, no dia 11/08/2015, às 19h30min, em sua residência no município de Miracema do Tocantins/TO.

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Madalena Alves da Silva, pescadora, solteira, 38 anos, no dia 11/08/2015, às 10h30min, em sua residência no município de Miracema do Tocantins/TO.

Em relação ao estado civil, das 14 (quatorze) pescadoras entrevistadas, 7 (sete) vivem com companheiro, 06 (seis) são solteiras e 01 (uma) não respondeu.

As pescadoras que responderam serem casadas afirmam que pescam com seus companheiros e rotulam sua atividade profissional como “ajuda”. Por outro lado, as pescadoras solteiras relatam que pescam sozinhas e se consideram protagonistas na realização de suas atividades pesqueiras. Além de pescarem sozinhas também são responsáveis pela confecção, reparo, comercialização e beneficiamento do pescado, desse modo, se envolvem em todas as atividades que compreendem a pesca artesanal. Nesta perspectiva podemos perceber a influência que a figura masculina exerce sobre a participação da mulher na atividade, uma vez que é por meio dessa figura que a mulher se insere na atividade pesqueira, pois nas narrativas das pescadoras, suas atividades, iniciaram com o pai, irmão ou pelo próprio companheiro.

Foi possível evidenciar por meio da narrativa de Maria José quando perguntamos sobre suas atividades realizadas na pesca:

*Eu entrei em 2012 na colônia sou filha de pescador meu pai já pescava mas só que eu só comecei quando eu entrei na colônia já foi através de meu esposo que ele também pescava mas a gente não. Depois a gente veio se regularizou só que ele já era regularizado desde 2005 e eu só entrei agora então é um processo que comecei e aprendi já com meu esposo. Faço reparo, preparo isca, trato o peixe e vou pra captura, mais assim quando um tá olhando o outro tá no remo o outro tá no motorzinho né pra ficar dando assistência né pra poder ir tirando rede, colocando, quem fica no remo e no motorzinho adivinha? Eu rrsrrsrs eu fico mais, é que as redes que a gente trabalha elas é muito grande, é muito alta, mas eu vou pra frente também ele também vai lá mais ele tem mais agilidade, mais força, aí eu fico mais lá manuseando porque meu Deus principalmente agora nessa época pensa numas ondas que vem uma hora dessa você não molha mais rede você tem que molhar ela cedo porque você não dá conta com o banzeiro que é grande demais...<sup>31</sup>*

A fala de Maria José nos possibilitou inferir que a pesca é uma atividade masculina, pensada e reproduzida por e para os homens. Desse modo mesmo com ou sem a presença da figura masculina ao lado da pescadora, suas atividades pesqueiras só tem início devido à influência desta figura.

Ou seja, a mulher inicia suas atividades na pesca na intenção de “ajudar” o homem, pois, na maioria das vezes, ela não sabia pescar, mas devido ao fato de ter que acompanhar

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Maria José de Andrade Reis, pescadora, casada, 30 anos, no dia 14/07/2015 às 09h00min, em sua residência no município de Miracema do Tocantins/TO.

para pescar o pai, o avô e o irmão quando ainda crianças e posteriormente pelo companheiro, tiveram que aprender como realizar a atividade para complementar a renda familiar. No entanto, foi possível perceber que a mulher não exerce uma função de ajudante, mas uma força de trabalho direta na reprodução das atividades pesqueiras.

Percebemos o reverso dos papéis ocupados pelas mulheres. Maria José concebe sua atividade como “ajuda”, porém tem participação em todas as atividades que constituem a pesca artesanal, desde o reparo e/ou conserto dos apetrechos até o beneficiamento do pescado, conforme estabelece a Lei da Pesca:

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Seção II, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, em substituição ao Código de Pesca de 1967. Para os efeitos desta lei à atividade pesqueira no Art. 4º, consiste “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Nesse sentido as atividades que as pescadoras realizam não conferem apenas uma condição de “ajuda”, ao contrário, o papel que assumem merece destaque, pois contribui para o desenvolvimento da pesca, para o lazer e sustento da família, tanto quanto os pescadores, portanto, devem ser reconhecidas como profissionais diretas no exercício da pesca.

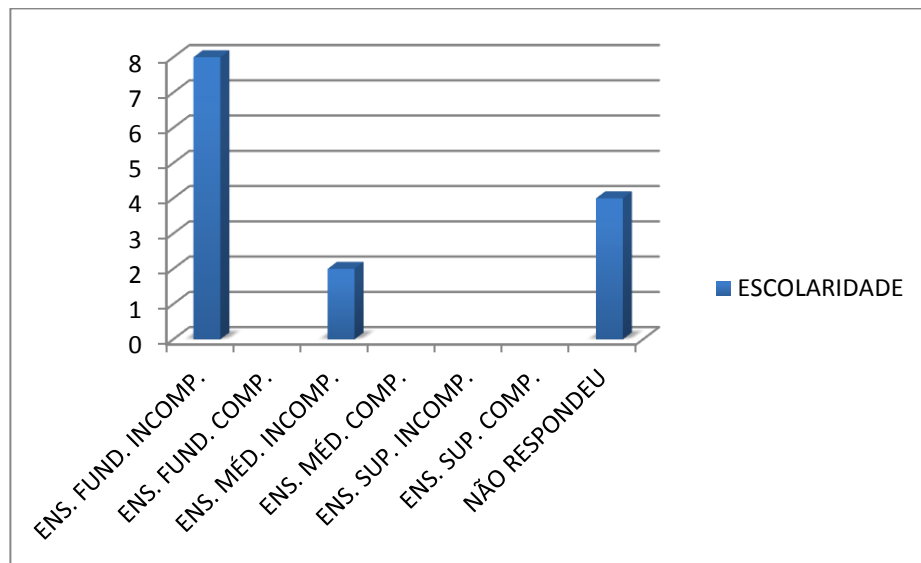
A definição de papéis relaciona-se com a maneira que os seres sociais são sociabilizados e educados em diversos espaços: nas instituições, na escola, na igreja, na família, dentre outros. Decerto envolve o processo educacional, moral e cultural dos sujeitos, uma vez que essas instituições prescrevem regras, normas e comportamentos que os sujeitos de uma dada sociedade devem reproduzir.

Na perspectiva de Parente (2012, p. 276) “falar de papéis de gênero envolve padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para seus componentes, como também definem comportamentos e formas para que as pessoas se relacionem”. Nesta abordagem podemos perceber que as pescadoras ao conceberem suas atividades na pesca artesanal como “ajuda” contribuem para o processo de naturalização da dominação, o que revela a existência de uma ordem masculina que naturaliza a maneira como as mulheres ocupam e reproduzem determinados papéis na sociedade.

De acordo com Cruz (2012, p. 29) “os agentes específicos – o homem e a mulher – e as instituições – escolas, igrejas, Estado, família – são estruturadas e estruturantes do processo de naturalização da dominação, ou seja, estes agentes, ao mesmo tempo em que têm poder de

moldar a sociedade, são por ela moldados na medida em que não é possível estabelecer de onde essa reprodução de “esquemas generativos” se inicia”. As estruturas e os estruturantes se relacionam dialeticamente, estabelecendo entre si um movimento dinâmico e instável. Em relação à escolaridade as pescadoras apresentam baixo nível de formação educacional, como podemos observar no gráfico 3.

**Gráfico 3** – Nível de escolaridade das pescadoras da COPEMITO - Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

O nível de escolaridade dessas mulheres possibilitou a seguinte interpretação: 8 (oito) pescadoras, o equivalente a 57, 14%, frequentaram a escola por um breve período de tempo, pois possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Essa realidade coaduna com o estudo realizado por Santana (2012) junto aos trabalhadores rurais<sup>32</sup> em 4 (quatro) regiões administrativas, no estado de São Paulo: Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto e Franca, no qual identificou que a pouca escolaridade é uma marca desse segmento profissional, dentre estes, as pescadoras, pois o trabalho na infância e na adolescência faz parte das diversas trajetórias.

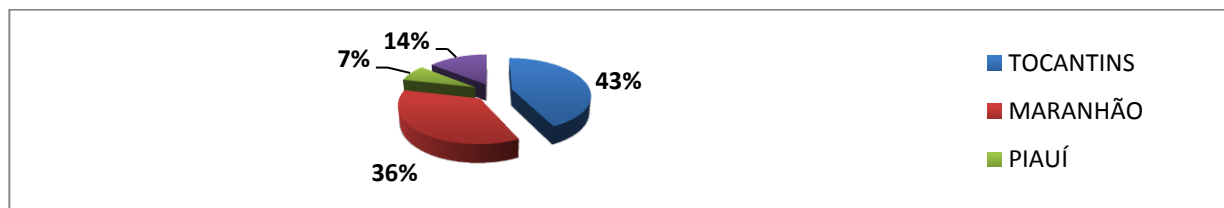
Esta realidade que identificamos não difere de outras regiões brasileiras (OLIVEIRA, VENDEL e CRISPIM, 2009; CARDOSO, 2011; LIMA, DORIA e FREITAS, 2012; FOSCHIERA e PEREIRA, 2014).

<sup>32</sup> As pescadoras estão inseridas na categoria de trabalhadoras rurais segundo a definição da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006 estabelece como beneficiários: os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

O estudo realizado por Lima *et al* (2012) em duas comunidades ribeirinhas do médio rio Madeira, São Carlos e Calama, sobre o perfil socioeconômico das pescadoras, vem de encontro ao nosso estudo, pois evidenciou que a pouca escolaridade vincula as mulheres ainda mais a atividade pesqueira. Isto ocorre provavelmente devido à falta de qualificação que dificulta o acesso destas em outras atividades bem remuneradas.

A fim de identificar a naturalidade das pescadoras apresentamos o gráfico 4 a seguir.

**Gráfico 4** – Naturalidade das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

Como podemos observar no gráfico 4 os dados relacionados à naturalidade das pescadoras nos revelou que 6 (seis) pescadoras, ou seja, 43%, nasceram no estado do Tocantins, uma região consideravelmente propícia para a realização da pesca artesanal, devido a presença de dois importantes rios: Tocantins e Araguaia.

Segundo os dados da Agência Nacional de Águas – ANA (2009), a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km<sup>2</sup> (11% do país), se estende na direção norte-sul e abrange os estados do Pará (30% da área da região), Tocantins (30% e o estado situado integralmente na região), Goiás (21%), Mato Grosso (15%) e Maranhão (4%), além do Distrito Federal (0,1%), totalizando 409 municípios. Esse potencial hidrográfico contribui para o processo de desenvolvimento socioeconômico do país, para o fomento de atividades agropecuárias, geração de energia, pesca, mineração, dentre outras (ANA, 2009).

O rio Tocantins destaca-se por sua importância econômica, social e cultural para a vida de alguns grupos sociais, dentre eles: os pescadores e pescadoras. Segundo Foschiera e Pereira (2014, p. 97) os primeiros a navegarem em suas águas foram os índios, que viviam às margens do rio e tiravam dele parte de sua alimentação. Com o passar do tempo surgiram outros tipos de navegadores, como missionários, comerciantes, ribeirinhos, pescadores, etc.

Foi às margens do rio onde se concentrou a maior parte da população no norte goiano, o que contribuiu consideravelmente para o surgimento de diversas cidades consideradas históricas. Logo, Miracema do Tocantins/TO está situada na margem esquerda

do rio Tocantins que a separa de outra cidade do estado, Tocantínia (LIRA, 2011, p. 176). Esta cidade surgiu de um entreposto comercial instalado à beira do rio Tocantins para abastecer os fazendeiros daquela margem do rio que, teriam que atravessá-lo para fazer suas compras em Tocantínia.

Nesse sentido, as pescadoras da COPEMITO realizam a atividade pesqueira no rio Tocantins, no qual dedicam seu tempo a navegarem por suas águas e usufruírem delas para seu sustento.

Assim evidenciamos na fala da Ercivane, quando perguntamos sobre sua rotina na pesca, respondeu:

*Embarcada na voadeira, nós (eu e meu companheiro) tem a voadeira e nós pesca na voadeira. Começando o dia na pesca coloco a canoa para fora que fica aqui na área pego as minhas coisas tudinho panela, prato, colher, bojão de gás, fogão, saco de rede, colete mei mundo de coisa jogo em cima dessa canoa aqui aí liga pro rapaz vir buscar e levar para beira do rio aí leva na canoa deixa lá aí nós entra pro lago vamo pescar aí nós passa quatro cinco dias pescando dia e noite de dia o tempo todinho na beira do rio pescando...*<sup>33</sup>

A partir da fala da entrevistada percebemos que ela vai acrescentar aos instrumentos de pesca, os utensílios domésticos, reproduzindo, portanto, o mesmo ambiente do lar enquanto exercem a atividade profissional como pescadoras.

Na narrativa de Ercivane também foi possível identificar que ao começar o dia na pesca, ela recolhe todos os seus utensílios da cozinha para ir pescar, ou seja, podemos inferir que o rio é concebido pelas pescadoras como uma extensão de sua casa, pois é nas águas que passam grande parte do tempo, realizando suas atividades pesqueiras e afazeres domésticos.

Desse modo entendemos que as mulheres inserem-se em uma dupla jornada de trabalho, visto que além de realizarem suas atividades pesqueiras conciliam os trabalhos domésticos do cuidado da casa e às vezes em outras atividades complementares, como o trabalho na agricultura. Na perspectiva de Leitão (2012) a dupla jornada de trabalho consiste em uma das principais dificuldades enfrentadas pelas pescadoras para a realização de suas atividades pesqueiras, visto que há uma presença considerável de mulheres que tem filhos. No caso das pescadoras de Miracema do Tocantins/TO, 11 (onze) mulheres falaram possuir filhos, o equivalente a 78, 57%.

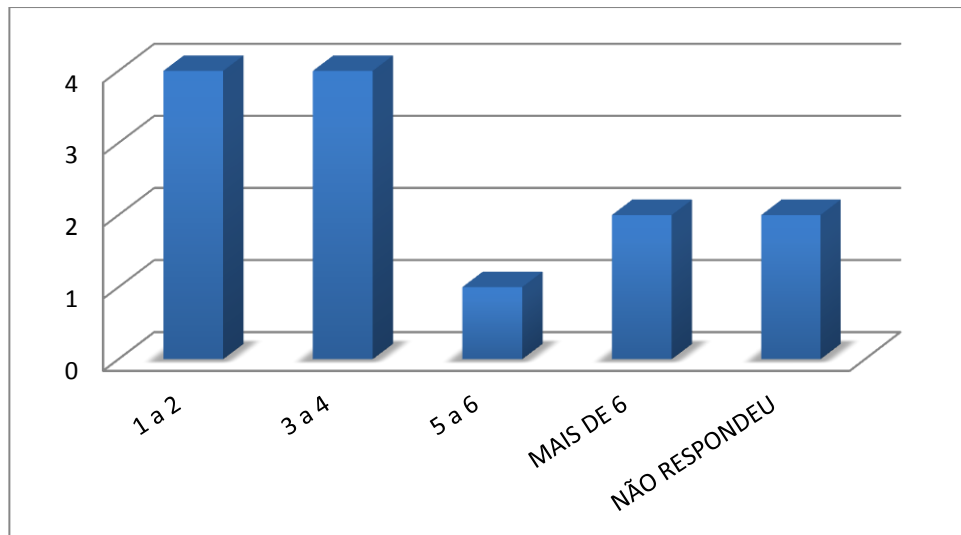
---

<sup>33</sup> Entrevista citada.

Essa dupla jornada de trabalho traduz os papéis específicos que as pescadoras assumem tanto nas atividades pesqueiras quanto nas domésticas. Estes papéis podem ser definidos pela divisão sexual do trabalho, organizada em uma sociedade na qual os homens ocupam o espaço-público e as mulheres o privado-doméstico, em que apesar da inserção da mulher em diversos espaços públicos, ela não deixou de atender o privado (CRUZ, 2012, p. 38).

Com o objetivo de identificar com quantas pessoas as pescadoras convivem apresentamos o gráfico 5 que traz o quantitativo de filhos que possuem.

**Gráfico 5** – Número de filhos das pescadoras da COPEMITO – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

Com base nos resultados obtidos no gráfico 5 observamos que 11 (onze) pescadoras possuem filhos, o equivalente a 78,57%. A partir das narrativas das mulheres percebemos que quando os filhos ainda são crianças, as pescadoras os envolvem na pesca, principalmente pelo fato deles não terem com quem ficar. Entretanto quando adultos, há pouco envolvimento e participação dos filhos na atividade pesqueira. Esta realidade pode ser analisada a partir do entendimento de que há um maior incentivo por parte das mães para que os filhos se dediquem aos estudos e não ingressem desde cedo em atividades laborais.

Também podemos perceber que o ingresso das mulheres na atividade pesqueira é para o incremento de renda na família para o sustento dos filhos.

Assim percebemos na fala da Antônia quando perguntamos sobre seu dia a dia na pesca, respondeu:



*Não é todo dia eu pesco três quatro dias na semana às vezes não dá pra mim ir três quatro dias na semana na outra eu vou duas é assim porque eu mexo na horta também né aí não posso ir todo dia, mas toda semana eu pesco. Porque pra colocar rede pra pescar rede de mão assim eu vou sozinha, mas quando é pra colocar a rede tem o meu filho que vai comigo né eu rema a canoa ele põe a rede às vezes eu ponho a rede ele rema tem que ter o apoio de alguém porque a canoa é grande aí é ruim não dá pra colocar rede...<sup>34</sup>*

Foi possível identificar na narrativa da pescadora que não realiza a pesca sozinha, pois para colocar a rede de pesca, geralmente extensa e pesada, somente a figura masculina tem força para manuseá-la. Nesse sentido, verificamos a presença da divisão sexual do trabalho, onde o homem exerce o papel de realizar os serviços mais pesados e a mulher confere o papel da organização, limpeza e beneficiamento do pescado.

O estudo empreendido por Zacarkim *et al* (2015) cuja discussão apresenta um panorama da pesca artesanal no rio Araguaia, coaduna com este trabalho ao evidenciar que geralmente a pesca envolve todos os membros da família, sendo constituída por cinco ou mais membros, com um casal de adultos e pelo menos três crianças. Ainda o autor pontua que os homens pescam ao longo do rio, enquanto as mulheres e as crianças pescam nas suas margens, mais próximo de suas casas, como forma de complementar a renda.

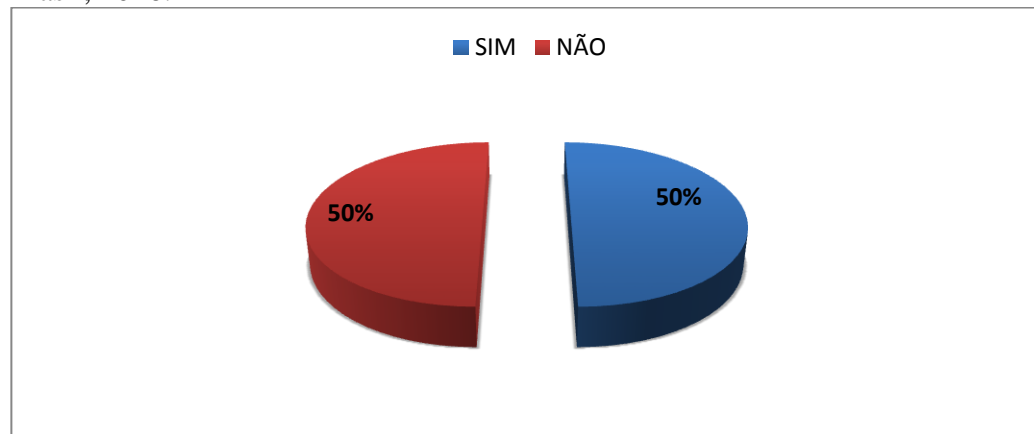
A pesca no rio Tocantins realizada pelas pescadoras e pescadores não difere dessa realidade, pois geralmente as mulheres que tem filhos ainda crianças, pescam às margens do rio, pois precisam estar mais próximas do acampamento, onde ficam alojadas por vários dias para a realização da pesca e para poder executar os trabalhos domésticos. Ao conciliar a atividade pesqueira às atividades domésticas as pescadoras realizam uma dupla jornada de trabalho, em que o segundo não é remunerado.

A partir desta realidade também podemos perceber que há uma legitimação do princípio da divisão sexual do trabalho, uma vez que aos homens compete realizar a pesca no alto rio, enquanto que as mulheres e crianças pescam em suas margens, pois estas precisam fazer seus afazeres domésticos, como cuidar e alimentar as crianças. Para identificarmos as atividades que as mulheres realizam na pesca artesanal, apresentamos o gráfico 6 sobre a confecção dos apetrechos de pesca.

---

<sup>34</sup> Entrevista citada.

**Gráfico 6** – Percentual das pescadoras da COPEMITO que confeccionam apetrechos de pesca – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

Com base nos dados obtidos verificamos que 4 (quatro) pescadoras produzem seus próprios apetrechos e/ou instrumentos de pesca, sobretudo, as que são solteiras, em termos percentuais isso equivale a 50%. Na fala de Maria José, quando perguntamos sobre a confecção dos apetrechos de pesca sua resposta foi:

*Sim mais na parte só do entranhamento (amarrar o pano de rede nas boias e chumbos) a gente compra o pano manuseia os fios e pra entranhar ele quem faz esse serviço eu comecei agora a aprender com ele. Ele sempre já trabalhava né nessa parte e outra coisa que eu vi com um colega da gente também na parte que sempre chega aqui com as redes só os buracos e fazer emendar ela, mais prático aí até que ficou de eu voltar lá pra mim pegar umas aulinhas com ele pra ficar mais fácil gente, porque tá caro o pano de rede...*<sup>35</sup>

Foi possível perceber na narrativa da pescadora que tem companheiro, o homem é o responsável pela confecção dos apetrechos. Ao mencionar que os dois compram o pano e manuseiam os fios, mas na hora de entranhar, ou seja, amarrar o pano de rede nas boias e chumbos, ele quem faz o serviço. Para a pescadora, o companheiro somente repassa o que sabe a fim de que ela o “ajude” na atividade. No entanto, percebemos que a mulher também realiza a atividade de entranhar a rede, mas não se percebe enquanto reprodutora dessa atividade. Desse modo, percebemos que na concepção da pescadora ela “ajuda” seu companheiro na atividade, portanto, podemos inferir que as relações de gênero mostram-se claramente, pois a presença do companheiro preceitua uma relação de poder e dominação.

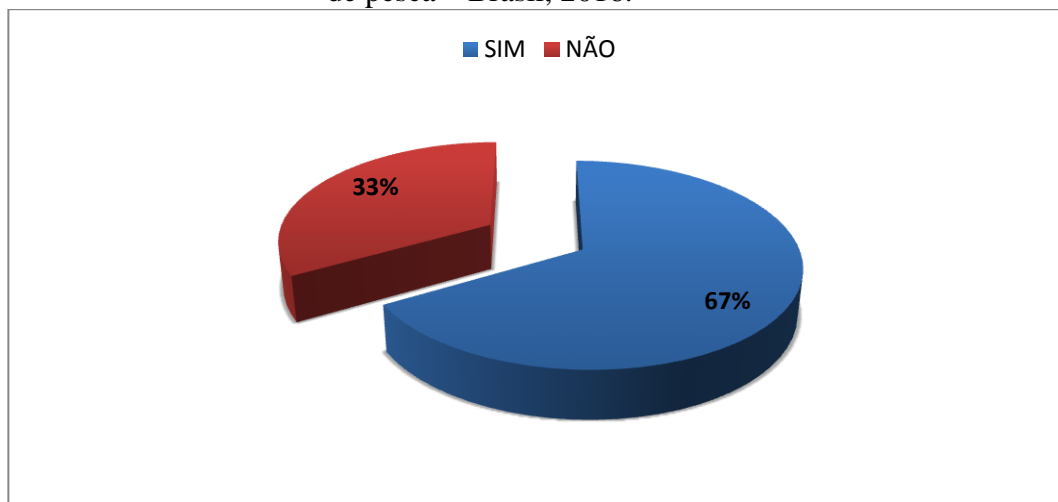
<sup>35</sup> Entrevista citada.

Segundo Bourdieu (2002, p. 20) o alicerce das relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, progressivamente, em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de hexis corporais que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino.

De acordo com o autor a prática da dominação adquire um caráter natural entre dominantes e dominados, pois está incorporada na classificação de todas as coisas do mundo. Desse modo, foi possível compreender que, o fato das pescadoras conceberem suas atividades como “ajuda” concedida aos companheiros, legitima a lógica da dominação, uma vez que essa relação se apresenta como algo natural, o que não permite ao dominado se perceber em uma relação de força.

No tocante aos pescadores a participação na confecção dos apetrechos é mais intensa, pois estes são os maiores responsáveis na produção dos instrumentos, uma vez que, este tipo de atividade é tradicionalmente realizada pelos homens. No entanto, aos poucos as mulheres vêm exercendo essa função. Esta realidade está retratada no gráfico 7.

**Gráfico 7** – Percentual dos pescadores da COPEMITO que confeccionam apetrechos de pesca – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

No município de Miracema do Tocantins, conforme o gráfico 7, verificamos que 12 (doze) pescadores confeccionam seus apetrechos de pesca, o equivalente a 67%. A saber: redes de arrasto, tarrafas, espinhel de anzóis, linhas e anzóis, dentre outros. Esta atividade é

realizada majoritariamente por homens, mas às mulheres aos poucos também vêm realizando esse tipo de atividade.

Podemos dizer que os lugares de gênero na pesca artesanal se apresentam de maneira contundente, pois existem atividades destinadas especificamente aos homens e as mulheres. As atividades voltadas para a confecção e reparo dos apetrechos de pesca bem como a captura e comercialização do pescado são realizadas, principalmente, pelos pescadores. As mulheres também realizam alguns reparos nas redes de emalhar, mas concebem suas atividades como “ajuda” quando há presença do companheiro, ao contrário das que são solteiras que realizam os reparos necessários em seus instrumentos de trabalho. No tocante as atividades realizadas pelas mulheres, podemos perceber que estas se fazem presentes no preparo de iscas, captura, processamento e/ou beneficiamento do pescado.

Assim percebemos na narrativa de Raimunda, quando perguntamos sobre sua rotina na pesca, respondeu:

*Bom eu fui pescar né segunda-feira né então eu já fiquei preparada pra ir pescar aí eu sai segunda-feira vim chegar hoje na quarta-feira fiquei esse tempo todinho no rio a gente (ela e outras mulheres) não pegou muito peixe porque além de não tá bom de peixe sem tralha nós mulheres fomos três mulheres nenhuma tem tralha de pescar nos altos rio porque mulher não tem como sair sozinha dentro de um rio desse de noite aí tem que ter duas três tem que ter voadeira nós pesca de beradão pesca mais de beradão beira de rio mesmo de anzol assim linha de mão aí coloca uma pinda aqui uma pinda acolá assim a gente vai pescando aí a gente pesca aí trata o peixe limpa o peixe bota dentro da caixinha de isopor que é pra quando trazer pra cidade a gente poder vender ele o peixinho limpo. Vendo mais pros vizinhos aqui, pros conhecidos é vendo mais aqui porque eu mexo com comida né eu ajudo meu marido a cuidar disso aqui então o que eu pego eu vendo mais é aqui nos vizinhos quando eu venho eu ofereço pros vizinhos oia tem peixe na feira não...<sup>36</sup>*

Percebemos na fala da pescadora que ao referir-se a pesca no alto rio, sua concepção é de que, esse tipo de atividade não deve ser realizada, sem as tralhas e/ou instrumentos de pesca nem por mulheres quando estão sozinhas, pois ir para o alto rio à noite confere uma situação de risco para a mulher. Dessa forma realiza suas atividades às margens do rio e/ou “beradão” como se refere à pescadora.

Ainda na narrativa da Raimunda percebemos que além de ir para captura do peixe, ela vende o produto para seus vizinhos, e, além disso, realiza outras atividades

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Raimunda Maria da Conceição, pescadora, casada, 61 anos, no dia 11/08/2015 às 15h00min em sua residência no município de Miracema do Tocantins./TO.

complementares como a venda de almoço em seu restaurante. Na entrevista foi possível perceber que a pescadora refere-se ao seu trabalho no restaurante como uma “ajuda” prestada ao seu companheiro, reportando-se assim ao lugar de gênero que as mulheres são concebidas, o cuidado da casa, dentre eles o preparo de comida.

Em relação aos reparos nos apetrechos de pesca veremos no gráfico 8 como se apresenta esta atividade.

**Gráfico 8** – Percentual das pescadoras da COPEMITO que realizam reparos em apetrechos de pesca – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

Dentre as pescadoras que realizam reparos nos apetrechos de pesca, 8 (oito) pescadoras afirmaram fazer algum tipo de conserto nos instrumentos pesqueiros. Esses reparos consistem em consertar instrumentos de pesca desgastados, na maioria das vezes, pela frequência e tempo de uso.

As pescadoras que realizam reparos em apetrechos são as que pescam sem a presença do companheiro, dessa forma assumem toda a responsabilidade e cuidado com os instrumentos pesqueiros.

Antônia, assim que perguntamos sobre os reparos nos apetrechos, comentou:

*O filho ajuda, às vezes ele ajuda, às vezes não, eu amarro de um pau pro outro assim e aí vou arrumando, pra arrumar não tem dificuldade não. Tenho canoa só não tem ainda motor né, mas tenho uma canoinha a remo canoa de alumínio pega cinco pessoas né mas só a remo mesmo não tem motor não, eu adquiri com recurso do peixe, vendendo peixe né comprei..<sup>37</sup>*

<sup>37</sup> Entrevista cedida.

Na fala da pescadora é possível verificar que somente de vez em quando o seu filho “ajuda” a fazer os reparos em apetrechos de pesca. Percebemos que, quando existe a presença masculina, ficam evidentes as delimitações de papéis do homem e da mulher e, especificamente, as representações formadoras do lugar ocupado pelas pescadoras nas suas narrativas.

Na narrativa de Madalena, quando perguntamos a respeito dos reparos nos apetrechos de pesca, respondeu:

*É ele quem conserta eu não, eu não sei consertar ainda não. Quem vende o peixe é meu esposo ele vende em vários lugares ele sai pra rua e vende né na rua em feira também ele não tem um lugar certo tem umas pessoas que compra dele né mais é difícil assim só é na rua que ele vende aí nós reparte o peso porque tem que ser repartido né assim se nós pega 20 k de peixe eu fico com 10 e ele com 10 depende do tanto de quilo que nós pega nós reparte assim ele vende tudo só que o peso nós reparte nós dois trata o peixe...<sup>38</sup>*

A partir da fala de Madalena identificamos que além do companheiro realizar os reparos, também é responsável pela venda do peixe, visto que é ele quem sai para rua. No tocante à pesagem do peixe, indispensável para o reconhecimento da atividade profissional que o pescador e a pescadora realizam junto à COPEMITO, os dois divide a quantidade de peixe que foi pescado, para que ambos consigam validar sua atividade. Nesse sentido deixa transparecer os papéis sociais destinados ao homem: a feira, a rua, a repartição do dinheiro adquirido com a venda do peixe.

Decerto o princípio da divisão sexual do trabalho confirma o pressuposto deste trabalho, pois consiste em uma divisão tanto de classe quanto de sexo, fundamentada pelo princípio da hierarquização e da separação.

A seguir o gráfico 9 apresentamos o quantitativo das pescadoras que realizam a captura do pescado.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Madalena Alves da Silva, pescadora, solteira, 38 anos, no dia 13/10/2015 às 09h00min em sua residência no município de Miracema do Tocantins/TO.

**Gráfico 9** – Percentual das pescadoras da COPEMITO que participam da captura do pescado – Brasil, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2016).

A partir do gráfico 9, identificamos que 8 (oito) pescadoras participam da captura do pescado, totalizando 100% em termos percentuais. A captura é realizada de maneira embarcada (com algum tipo de barco) e/ou desembarcada (sem embarcação).

Quando pescam embarcadas significa dizer que utilizam algum tipo de embarcação<sup>39</sup> de pequeno porte, pois essa é uma das características que as classificam como pescadora artesanal. As embarcações de pequeno porte são aquelas que possuem arqueação bruta – AB igual ou menor que 20 (vinte) (BRASIL, 2009).

Quando perguntamos a Ercivane sobre a forma que participa da captura do pescado, respondeu:

*Eu pesco mais meu companheiro. Vamos só nós dois. Fica nós dois no rio. Embarcada na voadeira, nós tem a voadeira e nós pesca na voadeira. É muito difícil porque eu tenho minha menina, uma filha deficiente eu tenho que deixar ela arrumar vizinha pra ficar com ela, fazer comida pra ela aí dois três dias tem vez que ela briga na rua aí é muito difícil assim pra mim mas eu tô levando a vida devagarzinho vai a gente vai agasalhando essas faltas que a gente tá tendo...<sup>40</sup>*

Podemos entender a partir desta narrativa que a pescadora vai à captura do pescado com o seu companheiro, os quais utilizam embarcação do tipo voadeira, portanto, pescam embarcados. Na fala de Ercivane percebemos que, quando é dia de pescar, suas atividades iniciam logo cedo ao organizar os instrumentos pesqueiros e realizar os serviços domésticos.

<sup>39</sup> A lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 define embarcação de pesca como aquela que permissionada e registrada perante as autoridades competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades: na pesca, aquicultura, na conservação do pescado, no processamento do pescado, no transporte do pescado, na pesquisa de recursos pesqueiros.

<sup>40</sup> Entrevista citada.

Para as pescadoras que não têm condições de levar as crianças para pescar, como é o caso da Ercivane, devido à deficiência mental de sua filha, elas participam diretamente da captura. Em relação às mulheres que necessitam levar os filhos, pois ainda são crianças e não tem com quem deixá-los, a captura do peixe fica restrita ao trabalho masculino, pois a pescadora precisa preparar a comida e cuidar das crianças no acampamento montado durante os dias que pescam.

Ou seja, mesmo assumindo uma atividade profissional fora do lar, suas atividades como mãe e dona de casa são primordiais, visto que a pescadora só sai para pescar quando cumpre este papel. Portanto, as mulheres que participam da captura do pescado, despendem um esforço físico considerável, pois além de passarem vários dias no rio adentro, ficam expostas as adversidades climáticas, como sol e chuva.

A respeito das dificuldades e desafios na realização da captura do pescado, Ercivane nos respondeu que:

*A pesca é uma atividade muito pesada, muito pesada, para mulher, dói muito os braços, dói cabeça, dói pé da barriga, dói tudo na hora de puxar as rede, tá puxando aqueles 500 mil metros de rede, 500 metro mil metros de rede, a gente puxa tirando o peixe da rede e jogando na canoa é muito pesado para mulher é muito pesado mesmo, mas quando a gente quer conseguir algum objetivo tem que encarar a realidade porque senão...*<sup>41</sup>

Na narrativa de Antônia, quando perguntamos sobre as dificuldades na captura do pescado nos respondeu que:

*Porque pra colocar rede pra pescar rede de mão assim eu vou sozinha mas quando é pra colocar a rede tem o meu filho que vai comigo né eu rema a canoa ele põe a rede as vezes eu ponho a rede ele rema tem que ter o apoio de alguém porque a canoa é grande aí é ruim não dá pra colocar rede as vezes tá banzerando (ventando muito) muito o lago né minha chácara fica na beira do lago aí tem que ter alguém pra ajudar porque se não tiver fica muito difícil eu ponho mais é muito difícil sofre muito, sua que rrsrsss...é muito esforço porque pra gente amarra a rede aí vai puxar tá toda enlinhada vai puxar a rede no meio do lago ai não é fácil não tem que ter alguém pra ajudar se não tiver fica difícil demais põe mais é muito sofrido...*<sup>42</sup>

O estudo realizado por Leitão (2012, p.21) em cinco estados brasileiros: Pernambuco, Santa Catarina, Pará, Ceará e Paraíba sobre as questões de gênero, trabalho e

---

<sup>41</sup> Entrevista citada.

<sup>42</sup> Entrevista citada.



saúde coaduna com este estudo, ao identificar algumas dificuldades enfrentadas pelas pescadoras na realização de suas atividades pesqueiras, dentre elas:

- A falta de canoa como também a falta de recursos para a manutenção das redes, embarcações e falta isca para pesca;
- Afirmaram que pescar todo tempo dentro d' água em contato com água viva, bactérias, peixes e outros objetos cortantes é muito perigoso, algumas sofrem acidentes com peixes (por exemplo: aniquim), ostras e tocos de madeira no mangue;
- A condição subalterna das mulheres, na maioria das Colônias de Pescadores/as e seu baixo poder de atuação nas decisões.

Além destas dificuldades, podemos identificar por meio das narrativas das pescadoras outros problemas ocasionados pela atividade pesqueira, quando perguntamos sobre sua concepção sobre a pesca respondeu:

*Pra mim no meu ver é gostar do que faz, é gostar da profissão, gostar de tá ali na lida mesmo na luta ali, Nossa senhora pense um tanto que é difícil, gente vai passar o que a gente passa lá, sono a gente passa demais, um que agora apareceu eu perdi três rede agora o povo pegando, uma rede é muito cara a gente rala tanto pra comprar e vem um outro de lá e pega sua rede não aconteceu só comigo aconteceu com meus companheiros também então é aquela coisa você tá ali e você tem que em vigília viu algum movimento estranho você já olha porque tem muita gente ruim e aí a gente já trabalhamos com a plaquinha de identificação da onde a gente estira a nossa rede a gente já coloca lá é igual tipo Maria José colônia z-16 a dele Geânio colônia z-16 a gente procura trabalhar assim né, mas mesmo assim levam. Então é isso a gente passa sono demais mesmo, o sol né um sol quente, parou ali vamos tratar o peixe não tem hora chegamos com o peixe agora de madrugada a gente só vai dormir a hora que termina a gente amanhece o dia ali ó tratando o peixe então é isso...<sup>43</sup>*

Para Ercivane os principais problemas enfrentados no fazer da atividade são as poucas horas que elas têm para dormir durante a pescaria, o sol escaldante que ficam expostas durante todo o dia e os casos de furtos de rede que vem acontecendo constantemente. Em sua narrativa percebemos a alegria em seus olhos ao se referir a sua atividade profissional. Para ela ser pescadora é gostar do que faz, é ter força e resistência para superar os desafios e não desistir da luta cotidiana.

---

<sup>43</sup> Entrevista citada.

Em relação ao processamento do pescado identificamos que 8 (oito) pescadoras realizam esse tipo de atividade. Processar o peixe significa realizar algum tipo de beneficiamento, desde retirar as vísceras até o processo de filetagem, dentre outros. Nas narrativas das entrevistadas percebemos ser até melhor para vender o produto quando ele é processado e/ou beneficiado, pois agrega valor ao pescado.

Para Maria José, quando perguntamos sobre o processamento e/ou beneficiamento do peixe, respondeu que:

*Eu já trago ele limpo de lá, na hora que a gente chega já tira da rede a gente já limpa ele todinho trata tira tudinho e já coloca no gelo aí sempre a gente tem que ir com muito gelo pra aguentar esses três dias que a gente fica lá né muitas vezes não vai nem os três dias que logo a gente enche a caixa e já vem embora logo igual aconteceu essa última vez que a gente foi meu Deus graças a Deus Deus foi maravilhoso nós saímos daqui era umas sete horas da noite fomos colocar rede e aí quando a gente tirando lá umas dez horas da manhã a gente já tava arrumando pra voltar...*

Na fala de Maria José ela é quem faz a limpeza do peixe, ou seja, processa e/ou beneficia o produto. Quando finaliza a captura, tira o peixe da rede, limpa e coloca no gelo para conservar. Nesse sentido esta atividade é realizada majoritariamente por mulheres, mesmo quando convivem com um companheiro. Quando são sozinhas também assumem a responsabilidade dessa atividade. Assim identificamos que as atividades voltadas para o cuidado, organização e limpeza do pescado são tipicamente destinadas às pescadoras, o que reforça a legitimação dos lugares de gênero na pesca artesanal. No entanto, observamos que há restrições das pescadoras no tocante às atividades vinculadas às questões econômicas, pois devido à baixa escolaridade não sabem mensurar o valor monetário advindo da venda do peixe.

Maria José, quando questionamos sobre sua renda na pesca, respondeu:

*Tu acredita que eu nunca parei pra ver isso eu nunca parei pra fazer essa parte. É nós fomos ver um curso justamente é uma tabela que é onde a gente aprendemos a trabalhar e como eu não tinha essa noção eu vou trabalhar em cima disso é com o que eu gastei o que eu apurei essas coisas eu não tinha muito ainda é até bom pra gente ter uma noção e ver depois e falar eu fiz tanto esse mês eu tirei tanto na praia para pescar porque tem um gasto que a gente gasta porque vem o combustível da canoa, o do carro, tem tudo isso... o gelo não porque o gelo a gente faz já diminuimos um gasto por esse lado aí é assim a nossa vida. Nunca fui sozinha, a gente sempre procura ir nós dois...<sup>44</sup>*

---

<sup>44</sup> Entrevista citada.

Contudo as pescadoras da COPEMITO participam de todas as atividades que compreendem a pesca artesanal realizada em águas continentais, uma vez que estão inseridas desde a produção dos apetrechos de pesca, como: rede de emalhar, tarrafas e linha de mão, bem como os reparos e/ou consertos dos instrumentos, comercialização do pescado, preparos de iscas com a utilização de minhocas, vísceras e peixes pequenos, captura e processamento e/ou beneficiamento do pescado. Desse modo as pescadoras se fazem presentes no contexto da atividade pesqueira, contribuindo para seu desenvolvimento, para o lazer e geração de renda para suas famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa mostramos a invisibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas pescadoras associadas à Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – COPEMITO à luz da interpretação do conceito de gênero e a partir da compreensão dos papéis sociais que homens e mulheres assumem no universo pesqueiro.

Neste trabalho as pescadoras que fazem parte da COPEMITO tornaram-se visíveis, uma vez que a atividade pesqueira não existe se elas não fizerem parte desta nos espaços que elas ocupam.

A metodologia adotada mostrou-se eficaz a fim de entender os lugares de gênero que as mulheres ocupam na pesca artesanal, levando-se em consideração suas narrativas. Para tanto, a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e da história oral possibilitou uma maior aproximação entre a pesquisadora e o sujeito pesquisado. Ainda permitiu a participação das mulheres de maneira dinâmica, o que permitiu dar voz as suas histórias de vida para que as narrativas fossem contadas a partir das subjetividades. As pescadoras da colônia pela primeira vez constituíram público-alvo de uma pesquisa de mestrado e sentiram-se satisfeitas ao serem protagonistas na (re)construção de suas vivências e percepções sobre suas trajetórias de vida e de trabalho.

No que diz respeito aos dados obtidos, estes revelaram que a dinâmica das atividades pesqueiras realizadas pelas mulheres é bem diversificada, uma vez que confeccionam desde apetrechos de pesca até o beneficiamento do pescado. Apesar disso, a pesquisa mostrou que as atividades na pesca são invisíveis tanto para as pescadoras quanto para os pescadores da colônia.

No entanto, as mulheres aos poucos vêm ganhando visibilidade, pois este estudo identificou que mesmo nas atividades como pescadoras, elas se tornam visíveis, visto que as atividades na pesca contribuem para o aumento da renda familiar, com o seguro defeso bem como as que realizam como diaristas e agricultoras. Ainda evidenciamos que o fundamental são as atividades domésticas dessas mulheres, porque são imprescindíveis para sustentar as atividades pesqueiras profissionais que exercem.

Vale ressaltar que as mulheres também estão realizando algumas atividades que eram somente exercidas por homens, como é o caso dos reparos nos apetrechos de pesca e a comercialização do pescado. Esta realidade nos permite inferir que há um reconhecimento das atividades que as mulheres estão realizando como também uma reconfiguração das relações

tradicionais de gênero no contexto cultural como resultante das mudanças ocasionadas pelo movimento feminista no Brasil.

Percebemos que há disparidades regionais quanto à pesca artesanal realizada no mar pelas marisqueiras e pescadoras que coletam crustáceos e outras espécies marinhas. As pescadoras que realizam esse tipo de pesca não utilizam embarcação. No caso das pescadoras da COPEMITO, onde a pesca é realizada no rio, elas utilizam embarcação de pequeno porte, e podem pescar tanto embarcadas (utilizam algum tipo de embarcação, barco, canoa, dentre outras) e/ou desembarcadas (sem nenhuma embarcação).

Os resultados ainda indicaram que existem diferenças na maneira como as pescadoras solteiras concebem suas atividades em relação às pescadoras que vivem com um companheiro. Considera-se, que as que vivem com um companheiro rotulam suas atividades como “ajuda”, diferente das solteiras, que se consideram participantes diretas na atividade profissional. São nessas diferenças que percebemos a existência das desigualdades de gênero, visto que a presença masculina reduz o trabalho feminino a uma condição de subordinação, atribui ao pescador o papel de provedor do espaço público, o chefe, portanto, o responsável pelo sustento da família. No universo da pesca artesanal estas relações traduzem os papéis sociais que homens e mulheres assumem frente ao trabalho fora e dentro do lar.

Em relação ao trabalho feminino além das pescadoras realizarem atividades fora do lar, como a pesca, também cuidam dos filhos e da casa, o que confere a esta uma dupla jornada de trabalho. Vale pontuar que algumas atividades, a saber: reparos e processamento e/ou beneficiamento são tarefas realizadas majoritariamente por mulheres, pois são associadas ao fazer doméstico, devido ao cuidado, limpeza e organização que exigem. Em relação à atividade de captura do pescado podemos inferir que todas às pescadoras consideram que participam diretamente desta atividade, mas percebemos que somente o fato de saírem de casa com toda sua família para pescar, para elas a atividade já está sendo realizada.

No entanto, observamos que as mulheres, sobretudo, as que têm filhos ainda crianças, não participam diretamente da captura no rio adentro. Elas pescam às margens do rio, pois necessitam cozinhar, cuidar dos filhos, limpar e armazenar o peixe no acampamento que montam durante o período da pescaria, ou seja, reproduzem o ambiente doméstico ao combinar as atividades profissionais com as do lar.

As pescadoras da COPEMITO, aos poucos estão contribuindo para o fortalecimento de sua categoria profissional, visto que participam de reuniões mensais realizadas somente por elas. Nas reuniões são discutidos diversos assuntos voltados para a dinâmica das atividades

pesqueiras, direitos e deveres trabalhistas e questões relacionadas à organização da colônia em geral.

Todavia observamos nas falas de algumas mulheres que participam frequentemente das reuniões que falta uma maior participação das colegas para que haja uma maior articulação junto às instâncias de poder e decisão da categoria, como os debates, encontros, fóruns e conferências. Identificamos ainda que faltam discussões voltadas para as questões de gênero, principalmente, para que as mulheres percebam a importância que assumem para o setor bem como para minimizar as assimetrias das relações de gênero. Contudo faz-se necessário, estudos sobre o tema em questão que busquem dar visibilidade às atividades realizadas pelas mulheres nos universos descritos tradicionalmente como masculinos, assim como a pesca artesanal.

Portanto este estudo mostrou-se relevante, pois abordou a (in)visibilidade da pescadora profissional artesanal, e mostrou que, apesar de não se “perceberem” na reprodução da atividade, são visíveis e imprescindíveis para o desenvolvimento do setor pesqueiro.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de; MAIA, Luis Parente. **Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros**. Arquivo de Ciência do Mar, Fortaleza, p. 12-19, 2011.

BARBOSA, Jacinta Cristiana. **Pescadores artesanais e políticas públicas: o PRONAF em Anchieta – ES**. Viçosa-MG, 2009. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa.

BORGES, Cejana Marques; SANTOS, Moacir José; VIEIRA, Edson Trajano. Tocantins: **o crescimento e o desenvolvimento econômico regional com a criação do novo estado**. Gestão & Regionalidade, v.29, n. 85, p. 105-117, jan-abr, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Observações sobre a história das mulheres. In: **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

BRASIL. Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e revoga a Lei nº 7.769, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do decreto – lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências**. Brasília/DF, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm). Acesso em: 16 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Pesca e Aquicultura. Secretaria de Infraestrutura e Fomento da Pesca e Aquicultura. Departamento de Fomento. Coordenação Geral de Incentivo e Apoio ao crédito. **Plano Safra Pesca e Aquicultura 2013, 2014** (Cartilha de crédito). Brasília/DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>>. Acesso em: 23 abr 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934. **Aprova o Código de Pesca que com baixa assinado pelos ministros de estado e cuja execução compete ao Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura**. Legislação informatizada Câmara dos Deputados, 1934.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos e Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília/DF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília/DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**. Brasília/DF, 2008/2009. Disponível em: < <http://www.mpa.gov.br/files/docs/Publicidade/anu%C3%A1rio%20da%20pesca%20completo2.pdf>>. Acesso em: 04 nov 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. **Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia**: relatório síntese. Brasília, 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. São Paulo, 2001. 143f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASSAB, Latif Antonia. **Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social**. In: Revista Kátalys. v. 10. número especial. Florianópolis: PPGSS, UFPR, 2007.

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. **Mulheres nas águas: um estudo sobre as relações de gênero na pesca**. João Pessoa, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: < [http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo](http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo) > Acesso em: 11 abr. 2015.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Percursos, barreiras e desafios de estudantes universitários de camadas populares no ensino superior na UFS/Sergipe/Brasil (2008)**. In: LEITÃO, Maria de Fátima Rosário; CRUZ, Maria Helena Santana (Org.) *Gênero e trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. [S.I.]: Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A sócio-antropologia de comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, [S.I.] v 3, p. 361-375, 1999.

DI SABATTO, Alberto. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andréa (Org.). Brasília: MDA, 2009.

FARIA, Denise Jesuína; FOGARI, Maria Luisa Costa. **A questão de gênero no mundo do trabalho**. In: PIMENTEL, Rosalinda Chedian (Org.). *Estado, economia, trabalho e sociedade: o mosaico de uma nação*. Franca/SP: Unifran, p. 157-190, 2010.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. **Pescadores do Rio Tocantins: perfil socioeconômico dos integrantes da colônia de pescadores de Porto Nacional (TO)**. Interface, Porto Nacional (TO), n. 07, p. 93-105, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.



FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** *Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"*. Caderno de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho da mulher**. São Paulo, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem**. In: A interpretação das culturas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de Gênero no Brasil**. In: MICELI; Sergio (Org.). O que ler na ciência social brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183--222, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores sociais**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2015.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca, Gênero e Políticas Públicas: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). **Gênero e Trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero e pesca artesanal**. Recife: Liceu, 2012.

LIMA; Maria Alice Leite. DORIA; Carolina Rodrigues da Costa. FREITAS; Carlos Edwar de Carvalho. **Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenários da atividade**. Revista Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. XV, ano 02, p. 73-90, mai-ago, 2012.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins – A geopolítica de (Re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: kelps, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. [S.I.]: Educação e Realidade, 1995.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; ROSA, Márcia Ferreira Mendes. **A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, p. 1543-1552, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, p. 717-737, set./dez. 2012.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Pesca de homem/peixe de mulher (?):** repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, v.III (2), 1999, p.377-399.

MEIHY, J.C.S.B. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

NARVAZ, Martha Giudice. **Gênero: para além da diferença sexual – Revisão da Literatura.** *Aletheia*, n. 32, maio-agosto, p. 174-182, 2010.

\_\_\_\_\_. **A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica:** onde os discursos fazem(se) política. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Patrícia Aguiar de; VENDEL, Ana Lúcia; CRISPIM, Maria Cristina Basílio. **Caracterização socioeconômica e registro da percepção dos pescadores de lagosta das praias do Seixas e Penha, João Pessoa, PB,** São Paulo: B. Inst. Pesca, p.637-646, 2009.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e memória de mulheres desterritorializadas.** *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.99-111, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero.** In: Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 269-284, Dez, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Averso do silêncio:** vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. **O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil),** 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** São Paulo: Projeto História, 1997.

QUEIROZ, M.I.P. **Relatos orais:** do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O.M. (Org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, 1988, p. 68-80.

RIBEIRO, Ormezinda Maria. **Por que investir em pesquisa qualitativa?** *Revista Bras. de Est. pedag.* Brasília, v. 81, n.197, p. 109-115, jan./abr. 2000.

RIBEIRO, C. V. dos S.; LEDA, D. B. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva.** *Estud. pesqui. psicol.* Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php/rtf>> Acesso em 16 Abr 2013.

ROCHA, Nádia Sueli Araújo; CUNHA, Alessandra Sampaio. **Mulher e pesca:** análise socioeconômica e cultural da pesca na Comunidade de Segredinho/Capanema-PA. In: XIX

ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, Piauí/Teresina, 2012.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar citações e notas de rodapé**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, 74p.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar referência bibliográfica**. 5. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, 93p.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres. [S.l]: História oral n. 1, p.29-42, jan.-jun, 2005.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, p. 5-22, dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Os usos e abusos do gênero**. São Paulo: Projeto História n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Carolina Braz de Castilho. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosimeire; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA; Adriano Prysthon. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos – Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Antonio Esmerahdson de Pinho da. **A organização social da colônia de pescadores de Imperatriz zona 29 (CPI-Z29) Estado do Maranhão**. Belém, 2005. 98f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

SOARES, Sara Moreira; SCHERER, Elenise Faria. **Mujeres pescadora entre la captura y trabajo doméstico**. Disponível em: <  
[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8\\_MoreiraSoares\\_FariaScherer.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_MoreiraSoares_FariaScherer.pdf)>  
 Acesso: 16 ago. 2014

SOUSA, Claudiane de Fátima Melo. **Acesso ao Pronaf-mulher em Abaetetuba- Pará**: um estudo de caso. In: IV REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, Fortaleza/CE, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourado-MS: UFGD, 2014.

ZACARKIM, Carlos Eduardo; PIANA, Pitágoras Augusto; BAUMGARTNER, Gilmar; ARANHA, José Marcelo Rocha. **The panorama of artisanal fisheries on the Araguaia River, Brazil**. Fish Sci, [S.l], p. 409-416, fev. 2015.

ZELIZER, Viviana. **A economia do care**. Porto Alegre: Civitas, v.10, n.36, p.376-391, set-dez, 2010.